

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SABERES
POPULARES: Um olhar intercultural.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Leandro Brutti da Silva

**Santa Maria, RS, Brasil.
2018**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SABERES POPULARES:
Um olhar intercultural.**

Leandro Brutti da Silva

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração LP1: Formação, Saberes, e Desenvolvimento Profissional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**

Orientador: Prof. Dr. Valdo Barcelos

**Santa Maria, RS, Brasil.
2018**

BRUTTI, Leandro.
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SABERES POPULARES:
Um olhar intercultural.

Orientador: Valdo Barcelos.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, RS, 2018.

Ficha catalográfica elaborada por Leandro Brutti da Silva.
Biblioteca Central da UFSM

©2018

Todos os direitos autorais reservados a Leandro Brutti da Silva. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua Roque Calage, nº65/05, bairro Centro, Santa Maria, RS. CEP: 97.010-580 e-mail: leandrobrutti@hotmail.com.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Educação**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SABERES POPULARES:
Um olhar intercultural.**

elaborada por
Leandro Brutti da Silva

como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Educação

COMISSÃO EXAMINADORA:

Valdo Barcelos, Prof. Dr. PhD (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Helenise Sangoi Antunes, Prof^a. Dra. PhD (UFSM)

Sandra Maders, Prof^a. Dra. (UFSM)

Santa Maria, 20 de Julho de 2018.

“O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram.”
(Jean Piaget)

Dedico este trabalho a todos os leitores e as pessoas que me apoiaram incondicionalmente para a realização deste sonho!

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a minha família, pelo enorme esforço para que esse sonho fosse realizado. Agradeço a Deus pelo dom da vida, por ter me presenteado com pessoas tão brilhantes ao meu redor, quais sejam familiares, amigos, esposa, e demais pessoas que de alguma forma se fizeram presentes em minha vida, em especial na trajetória acadêmica.

Agradeço, em especial aos meus amigos, conquistados ao longo dos anos, pelo companheirismo na hora dos estudos aos finais de semana, pelas incontáveis festas. Destaco aqui meu grande amigo, Rafael Friedrich, pessoa que a vida me presenteou de inestimável importância.

Ainda, agradeço aos amigos do Grupo de Pesquisa KITANDA: Educação e Intercultura, da Universidade Federal de Santa Maria - CNPq1, que sempre me apoiaram incondicionalmente para que conseguisse apresentar essa dissertação para qualificação à banca examinadora.

Dedico, especial atenção a colega de grupo Sandra Maders pelo carinho e apoio com que me recebeu junto ao grupo de estudos e demais atividades.

Hora de lembrar, daqueles que passaram-me todo o conhecimento que tenho, os meus professores, em especial o Prof. Valdo Barcelos, que trouxe grandes contribuições ao meu modo de enxergar a educação brasileira

RESUMO

Dissertação de Mestrado em Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SABERES POPULARES: Um olhar intercultural.

AUTOR: LEANDRO BRUTTI DA SILVA

ORIENTADOR: PROF. DR. VALDO BARCELOS

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 20 de Julho de 2018.

O processo de ensino passa por etapas, dentre elas podemos citar, a observância, por parte do educador, das peculiaridades locais, devendo, principalmente, atentar aos saberes não científicos, como por exemplo as diferentes crenças, costumes e hábitos que compõe as diferentes culturas. A presente dissertação, busca demonstrar, levando em conta a interculturalidade, que a utilização dos saberes populares tem importante destaque na formação de professores, desde a sua formação até a prática docente. A mescla do saber científico e do saber popular deve ser a base de um sistema de ensino que atenda as necessidades sociais do meio em que estão inseridas. A utilização da cultura local é de fundamental importância no processo de ensino, para que se consiga alcançar um modelo de aprendizado mais acolhedor. Da mesma forma, buscaremos aqui, demonstrar a necessidade da compreensão por parte dos professores, de utilizar o que não está literalmente escrito e sim, enraizado na cultura local, nos conhecimentos populares, contribuindo com um modelo de ensino que forme professores que entendam que o ensino não pode ser pautado somente no que está literalmente registrado e não pode ser exato, mas, sim, construído adaptadamente ao contexto social e histórico de cada aluno, dialogando com o contexto cultural, para que seja mais efetivo e a sugestão aqui abordada é de que utilizando a intercultura e a empiria se compreenda a relevância dos saberes populares para o sistema educacional brasileiro.

Palavras Chave: Saberes populares, Intercultura e formação de professores.

ABSTRACT

Master Dissertation in Education
Post-Graduation Program in Education
Federal University of Santa Maria, RS, Brasil.

TRAINING OF TEACHERS AND POPULAR KNOWLEDGE: an intercultural look.

AUTHOR: LEANDRO BRUTTI DA SILVA

ADVISER: PROF. DR. VALDO BARCELOS

Date and Place of Defense: Santa Maria, July 20, 2018.

The teaching process goes through stages, among them we can mention the observance by the educator of the local peculiarities, and must, above all, pay attention to non-scientific knowledge, such as the different beliefs, customs and habits that make up the different cultures . This dissertation seeks to demonstrate, taking into account interculturality, that the use of popular knowledge has important importance in teacher training, from its formation to teaching practice. The mixture of scientific knowledge and popular knowledge must be the basis of a system of education that meets the social needs of the environment in which they are inserted. The use of local culture is of fundamental importance in the teaching process, in order to achieve a more welcoming learning model. In the same way, we will seek to demonstrate the need for teachers to understand the transmission of the knowledge to the students, not by literacy but by the local culture, by popular knowledge, by contributing to a teaching model that includes teachers who understand that teaching can not be based only on what is literally recorded and can not be mathematical, but rather, adapted to the social and historical context of each student, dialoguing with the cultural context, so that it is more effective and the suggestion addressed here is that using intercultural and empirical understanding of the relevance of popular knowledge to the Brazilian educational system.

Key words: Popular knowledge, Interculture and teacher training.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria.

CTG – Centro de Tradições Gauchas.

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

FDDJ - Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA	14
2. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	22
3. REFERENCIAL TEÓRICO	
CAPÍTULO I. FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO.....	26
CAPÍTULO II. PENSANDO A EDUCAÇÃO.....	47
II.1 O que é conhecimento?	47
II.2 Saber popular	57
CAPÍTULO III. FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	67
CAPÍTULO IV. INTERCULTURA: Um olhar para a educação.....	71
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

APRESENTAÇÃO

“Que sou eu, afinal, para que possa tocar-me, neste cenário soberbo, o papel a que me elevastes? Apenas um velho amigo do direito, um cultor laborioso, porém estéril, das letras, um humílimo operário da ciência. Nada mais. Toda a significação de minha vida se reduz a ser um exemplo de trabalho, de perseverança, de fidelidade a algumas ideias sãs”.

(Rui Barbosa)

A presente dissertação de mestrado tem por objetivo, valorar os conhecimentos não científicos (saberes populares). Conhecimentos, estes, que são buscados além dos portões da academia, e, nessa esteira, o início da escrita só poderia ser o relato dos fatos e experiências que compuseram a vida do autor, até o ingresso no Mestrado em Educação.

Iniciarei dizendo que, atualmente, tenho minha trajetória acadêmica resumida a imensos esforços e abdições. Trajetória, esta, que dependeu de um grupo de apoio excelente, família e amigos. Por ora, gostaria de citá-las brevemente ao longo desta apresentação.

Cresci na companhia dos meus avós maternos, por meus pais optarem por residir no terreno da propriedade destes. Meus avós, Zelinda Anita Brutti, era camareira do antigo hotel Glória e Arlindo Storgatto Brutti, era marceneiro, funcionário público municipal, sempre se fizeram presentes em minha vida e me deram imenso suporte afetivo. Meu avô não se encontra fisicamente entre nós, mas deixou, além da saudade, inúmeros ensinamentos e valores éticos que me acompanharão durante a vida. Minha avó, só quem a conhece sabe a pessoa especial e inspiradora que é.

Sou filho de Beatriz Brutti da Silva e Antenor Portella da Silva, mas iniciarei falando somente sobre minha mãe. Minha mãe, filha de produtores rurais que residiam no distrito de São João, interior de São Pedro do Sul, local onde seus avós vieram residir quando desembarcaram da Itália e buscavam terra para cultivo e sustento da família.

Dona Beatriz, cursou o magistério, posteriormente a especialização e a pós-graduação. Logo, escolheu a mais bela profissão: a profissão formadora, a profissão que pode auxiliar a construção de um cenário próspero, a de professor(a) quando iniciou ministrando aulas no ano de 1980.

Permito-me redigir mais um parágrafo apresentando ao leitor quem, além da concepção, sempre me incentivou. Minha mãe, ministrava aulas na Escola Castro Alves, uma escola de pessoas na maioria de baixa renda, com um entusiasmo que jamais vi em outro profissional. Adquiria materiais com parte do seu salário para presentear as crianças em datas como páscoa, dia das mães, dia dos pais, dia das crianças e natal, demonstrando imenso amor à profissão escolhida. Posso afirmar que esses atos me incentivaram ao interesse pela área.

Meu pai, funcionário público federal, atualmente está aposentado; meus avós paternos, também trabalhadores rurais, porém residiam no interior do município de Júlio de Castilhos, e de pouca instrução formal. Meu pai prestou concurso público para vaga de pedreiro nesta Universidade Federal de Santa Maria, na década de oitenta, ainda quando laborava na cidade de Triunfo, próxima a Porto Alegre, no polo petroquímico¹.

Ambos, como pais sempre apoiaram e incentivaram meus estudos, cada um com seu jeito. Nasci e cresci em Santa Maria, na realidade, moro no mesmo endereço desde meu nascimento. Tenho duas irmãs, uma que optou por cursar enfermagem e a outra odontologia, pendendo para áreas totalmente distintas do irmão.

Iniciei meus estudos na mesma escola onde minha mãe ministrava suas aulas. Como mencionado anteriormente, na época em que cursava as series iniciais, sofria de *bullyng*² por ser filho de professor e possuir sobrepeso o que me fez passar

¹ O Polo Petroquímico é um complexo industrial formado por seis empresas: Arlanxeo, Braskem, BRK Ambiental, Innova, Oxiten e White Martins. Atualmente, conta com aproximadamente 6.300 funcionários distribuídos entre as empresas do Polo. A produção do Polo começa com a nafta, que é a matéria-prima básica para toda cadeia de produção. Dela derivam o Eteno, Propeno, Butadieno, MTBE e solventes, produzidos pela Unidade de Petroquímicos Básicos (Braskem - UNIB 2 RS) e fornecido às empresas de 2ª Geração - Unidades de Poliolefinas da Braskem, Arlanxeo, Oxiten e Innova. A White Martins participa do processo produtivo, através do fornecimento, principalmente, de nitrogênio gás para inertização de equipamentos e processos.

² *bullying* – anglicismo que se refere a atos de intimidação e violência física ou psicológica, geralmente em ambiente escolar. Um em cada dez estudantes brasileiros é vítima de bullying, o dado foi divulgado esta semana pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2015. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487> acessado em 18/06/2018;

por mais três colégios até completar o ensino médio, quando aos dezessete anos tive que optar por qual curso superior seguir.

Nesse cenário de adaptação e trocas de colégios, aproximadamente aos doze anos de idade, fui convidado a participar do grupo de danças do CTG Ponche Verde, que se mostrou um ambiente bem mais acolhedor que a escola e, onde, conquistei vários amigos e conheci a Luanna, que mais tarde veio a se tornar minha esposa, mulher esta que se tornou minha melhor amiga, companheira e que me apoia em todas as decisões.

Com dezessete anos de idade, decidi cursar a faculdade de direito, com o objetivo de prestar concurso público, porém, me permiti não fechar as portas para as outras possibilidades que o curso iria me apresentar, até que me deparei com o exercício da advocacia, área que acabou me conquistando e que atualmente me realiza profissionalmente.

No decorrer da minha formação (a partir da faculdade), conheci inúmeras pessoas que com certeza auxiliaram e foram basilares nas escolhas que fiz, dentre as quais colegas de estágio e de trabalho posso destacar, até que, por intermédio destes, fui pendendo para a área da educação e me apaixonando pelas temáticas no intuito de construir uma nova relação com a educação, e tentar apagar os tempos difíceis das series iniciais.

É de grande importância destacar, no aspecto profissional, que há aproximadamente cinco anos fui convidado inicialmente para exercer a função de assessor jurídico do Complexo Educacional Damásio de Jesus – filial de Santa Maria³, o que, aos poucos, evoluiu para o cargo de Coordenador do Curso de Pós-Graduação da Unidade Santa Maria da Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus – FDDJ.

No primeiro semestre do ano de 2016, fui convidado pelo colega de profissão, faculdade e amigo Rafael Friedrich para cursar o Seminário de Educação, intercultura e Direitos Humanos, disciplina ofertada no Programa de Pós-Graduação em Educação desta instituição, ministrada pelo Professor Valdo Barcelos, que mais tarde veio a se tornar meu orientador.

³ A matriz do Damásio Educacional está situado na região central de São Paulo, instituição tradicional na área do Direito – 48 anos de atuação no País –, possui atualmente mais de 50 mil alunos em cursos de graduação, pós-graduação, preparatórios para o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e para as carreiras públicas.

Seus ensinamentos e oportunidades de interação em sala de aula, fizeram surgir uma vontade de participar mais intensamente das áreas que de certa forma se aproximam à docência, visando de certa forma contribuir com a área estudada.

Após esta breve apresentação, espero que os leitores e os componentes da Comissão Examinadora deste exame de defesa desta Dissertação de Mestrado, a qual é intitulada Formação de Professores e saberes populares: um olhar intercultural, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, apreciem a leitura e, compreendam, que esta pesquisa não acaba aqui, pois o tema é de grande importância para a área da educação e desperta o interesse de quem vos escreve.

1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

“De todas as frustrações que tenho no mundo, a maior delas é com relação à educação das minhas filhas. Minhas filhas, de dez e três anos, estudam da mesma forma que eu estudei, que foi da mesma forma que minha mãe estudou: com um quadro negro e apostilas. Na era do videogame, do iPad e do Smartphone, minhas filhas estudam copiando lições, decorando frases prontas, escrevendo em folhas de papel. A escola simplesmente não conseguiu acompanhar o mundo. Hoje temos um poço de conhecimento infinito, a internet, e minhas filhas podem aprender o que quiserem, a hora que quiserem. A mais velha aprende japonês em um aplicativo de celular, chamado duolingo. A mais nova aprendeu a contar em inglês com um desenho do Netflix. A mais velha entendeu parábolas matemáticas com um vídeo do Youtube. A mais nova aprendeu a escrever seu nome no bloco de notas do computador. E nenhuma dessas coisas aprendeu na escola”.
(Marcos Piangers)⁴

A educação praticada no Brasil, tem sua base teórica pensada e, de certa forma, copiada, à luz dos países que Boaventura Santos⁵ denomina “do Norte” e “do Sul”, onde predomina a valorização do saber científico. Assim, reproduzimos aqui o que há alguns séculos foi pensado para a educação daqueles países, deixando distante o olhar para o nosso saber que acaba sendo marginalizado.

O mesmo autor, disponibiliza em seu sítio eletrônico, um vasto acervo de aulas e, em uma destas aulas⁶, explica que as expressões que utiliza, não fazem menção a um norte e sul geográfico, mas sim, trata de grupos que historicamente são mais ou menos favorecidos, utilizando as expressões norte e sul para grupos que historicamente exercem uma postura dominadora em relação a outro, como os do norte, sendo predominantes aos do sul.

Também, diz que, epistemologias do sul, são mecanismos que visam reconhecer e validar o conhecimento produzido por aqueles que tem sofrido sistematicamente as injustiças da opressão, dominação e exclusão causadas pelo

⁴ PIANGERS, marcos, **O papai é pop**, Editora Belas Letras, 1ª Edição, 2016;

⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.); MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010;

⁶ **AULAS MAGISTRAIS 2014, Aula Magistral 1 - Porquê as Epistemologias do Sul?** 14 Março 2014 - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra – disponível em <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/aulas-magistras.php> acessado em 18/06/2018;

capitalismo, colonialismo e patriarcado. É, portanto, o conhecimento a partir da perspectiva daqueles que têm sido oprimidos por essas três grandes fontes de opressão.

Da análise da formação do “Povo Brasileiro”, conceito de Darcy Ribeiro⁷ percebemos que, o Brasil, sempre teve presente a ideia de opressão, pois desde o início, foi culturalmente construído com uma realidade escravista, pois todas as maneiras de expansão, tanto territorial quanto cultural, foram impostas aos povos que vinham sendo “dominados” ou “enganados” pelos povos que possuíam mais métodos de domínio, seja pela força ou inteligência.

Desse modo, nunca houve uma preocupação de construção efetiva de um povo, onde os trabalhadores formariam comunidades com produção autônoma e desenvolvimento cultural independente. Existiu sim, uma sociedade onde direitos não se faziam presente, talvez, por isso, até hoje, a sociedade brasileira expurga algumas culturas, não recepcionando estas de maneira que possam ser aproveitadas e, somadas as predominantes, como no caso da educação em relação a utilização somente dos saberes científicos no ambiente acadêmico.

A partir dessas duas notícias iniciais, me parece evidente a perda que temos para a educação praticada no Brasil, quando deixamos de inserir na sua base teórica a cultural os saberes praticados pelos povos daqui, embora toda precariedade tecnológica é, por vezes, a distância do que chamamos de “mundo civilizado”.

Falo em perda, pois, caso os saberes populares dos alunos não sejam abraçados no ambiente de ensino, o que teremos, é o distinto do que esta sendo proposto no presente trabalho, que é uma nova proposta para a educação levando em conta a valoração da utilização dos saberes populares, trazidos pelos alunos, pois teremos a substituição da cultura popular, que acabará sendo perdida com o tempo, pela sobreposição natural do que é mais habitualmente utilizado.

Ainda, entendo que essa “perda” é de fácil percepção, pois, ao menos desde os anos de 1920, quando surge o movimento antropofágico no Brasil passou-se a falar, pesquisar e reconhecer a necessidade de voltarmos o nosso olhar para o que se pratica aqui, deixando de copiar e reproduzir a cultura de outros países.

⁷ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;

Segundo Barcelos⁸:

A antropofagia cultural brasileira foi um movimento que teve origem na década de 20, século XX. O movimento antropofágico teve como principal objetivo romper com padrões artísticos, culturais e políticos, enfim, estéticos, instituídos na época. Estes modelos originários da Europa – região na época considerada “berço da civilização” – eram importados pelas elites brasileiras de então, sem nenhuma ou com muito pouca contextualização. Os antropófagos culturais, que participavam da Semana de Arte Moderna de 1922, caracterizaram-se por produzirem, por meio de suas produções artísticas, uma aguda e pertinente crítica ao que vinha sendo feito até então pelos intelectuais brasileiros nos mais diferentes setores da chamada produção cultural nacional.

Proponho, através da presente pesquisa de Dissertação, a valorização do saber popular na base teórica de nossos currículos escolares, não de forma a sobrepor o que já se pratica, mas sim, estabelecendo o diálogo entre o que se faz, e as inúmeras possibilidades que surgem pensando a partir dessa outra fonte de conhecimento.

Notadamente, a valorização do saber científico de forma a sobrepor outras formas de conhecimento vem sendo praticado e reproduzido no mundo há muitos séculos, logo, a proposta de um novo olhar, a partir de outra perspectiva, exige a construção de subsídios teóricos e epistemológicos para a formação de professores, o que se busca com a presente dissertação.

Como decorrência desta Introdução, colocou-se o seguinte Problema de Pesquisa: como contribuir para a formação de professores, visando proporcionar o entendimento sobre a relevância da inclusão dos saberes populares no sistema educacional brasileiro?

Conseguiríamos responder a essa questão, somente com a construção de subsídios teóricos e epistemológicos, numa perspectiva intercultural de estudo, para a formação de professores, no sentido de proporcionar entendimento sobre a relevância da inclusão dos saberes populares no atual sistema educacional brasileiro?

Entendo que sim, é possível contribuir no sistema educacional brasileiro, construindo subsídios teóricos e epistemológicos, visando ampliar os horizontes de quem ensina, bem como os de quem aprende, criando mais uma pesquisa que apoia a mescla do científico com o que não está catalogado em livros.

⁸ BARCELOS, Valdo. **Uma educação nos trópicos, contribuições da antropofagia cultural brasileira** – Editora Vozes, 2013, página 72;

Para tanto, é necessário identificar por meio de um estudo bibliográfico, a origem e formação das diferentes culturas que compõem o povo brasileiro e após, verificar de que forma essas diferentes culturas podem ser recepcionadas nas bases metodológicas de trabalho dos professores, propondo um diálogo intercultural, visando contribuir, através da construção e organização de conhecimentos, que demonstrem a valorização da utilização dos saberes populares para a formação de professores.

Não apenas minhas experiências pessoais como aluno, mas, também, todas as leituras que venho realizando, me fazem perceber que os professores, assim como as instituições de ensino, em sua maioria, não contemplam em seu processo pedagógico os saberes e as práticas populares⁹. Talvez por questão metodológica ou por questões culturais, não considerem válidos os conhecimentos populares, tendo em vista que, supostamente, carecem de comprovação científica, fato que os tornaria com validade.

Muito embora, o tema central seja a legitimação dos saberes populares, entendo que mereça destaque a formação docente, de modo a legitimar a importância que possui junto as instituições de ensino, pois esta é a etapa primaria que trará o acolhimento necessário no ambiente de ensino.

É importante observar que a sociedade traz consigo grupos com origens culturais distintas, que, com o passar do tempo, vão perdendo suas características no momento em que novas condutas vão surgindo e sendo incorporadas naturalmente às práticas sociais. Tal movimento pode ser derivado da soma dessas novas relações estabelecidas cotidianamente, podendo ser consideradas uma evolução, regressão ou uma mescla, que resulta no conhecido processo de globalização.

Já no ambiente acadêmico, o desaparecimento ou sobreposição de saberes populares torna-se mais difícil, uma vez que a transmissão de conhecimentos não decorre da simples tradição, mas, sim, de registros acadêmicos, tais como artigos, manuscritos ou obras acadêmicas em geral.

Ainda, pensando em um contexto acadêmico, as universidades precisam legitimar os saberes populares para que estes não sejam perdidos e para que se

⁹ Ao usar a referencia popular, estou me referindo, particularmente ao referencial epistemológico utilizado por Paulo Freire (1921-1997).

consiga compreender a importância da utilização da cultura local¹⁰ e dos saberes populares no processo de ensino de modo que se consiga desenvolver um modelo de ensino que atenda as necessidades locais, conseguindo assim, de maneira mais dialógica a integração entre educando e educador.

O antropólogo Clifford Geertz, sustenta que cultura não é algo fácil de ser definido, delimitado e mesmo decifrado. Ela é bem mais que uma relação de poder, é um emaranhado de signos e símbolos interculturais. Assim vista, a cultura está para além de algo a que se possa atribuir mecanicamente a casualidade dos acontecimentos sociais¹¹.

Vale mencionar que, mesmo em um trabalho acadêmico que trate diretamente de cultura, se torna muito difícil materializar a definição da palavra em algumas linhas, tendo em vista as diferentes raízes culturais e as mais diversas formas que a cultura pode ser exteriorizada.

Sobre esta difícil tarefa, Paulo Freire¹², analisando um quadro de um índio caçando pássaros com um arco e flecha, reflete:

Inicia-se o debate desta situação distinguindo-se nela o que é da natureza do que é da cultura. “Cultura neste quadro, dizem, é o arco, é a flecha, são as penas com as quais o índio se veste.” E quando se lhes pergunta se as penas não são da natureza, respondem sempre: “as penas são da natureza, enquanto estão no pássaro. Depois que o homem mata o pássaro, tira suas penas, e transforma elas com o trabalho, já não são mais natureza. São cultura.” Tivemos a oportunidade de ouvir esta resposta inúmeras vezes, em varias regiões do país. Distinguindo a fase histórico-cultural do caçador da sua, chega o grupo ao conhecimento do que seja uma cultura iletrada. Descobre que, ao prolongar seus braços cinco a dez metros, por meio do instrumento criado, por causa do qual já não necessita apanhar sua pressa com as mãos, o homem faz cultura. Ao transferir não só o uso do instrumento, que funcionalizou, mas a incipiente tecnologia de sua fabricação, às gerações mais jovens, fez educação. Discute-se como se processa a educação numa cultura iletrada, onde não se pode falar propriamente de analfabetos; Percebem então, imediatamente, que ser analfabeto é pertencer a uma cultura iletrada, e não dominar as técnicas de escrever e ler esta percepção para alguns chega a ser dramática.

A interculturalidade será abordada na tentativa de formar algo novo e sob esta perspectiva. Entendo que o tema contribuirá uma vez que tendo como ponto inicial a

¹⁰ Para o antropólogo Clifford geertz, cultura não se pode definir em parágrafos, é algo que não se pode definir, é algo que deve ser percebido, cultura não é localizável, cultura é uma grande fabrica, um mecanismo de criação;

¹¹ BARCELOS, Valdo. **Uma educação nos trópicos, contribuições da antropofagia cultural brasileira** – Editora Vozes, 2013, página 72;

¹² RIBEIRO, Darcy. **Educação como pratica libertadora** – Editora Paz e terra, 38ª Ed. 2014;. página 166;

existência de diferentes culturas, e sua difícil conceituação, que por serem historicamente hierarquizadas, por questões de preconceito, desigualdade ou discriminação, onde a cultura do mais forte se sobrepõe a do outro, trará possível melhoras no ensino.

Compreendo que o processo de aprendizagem se torna mais fácil quando os conhecimentos estão vinculados a realidade que ele está inserido, ou seja, o saber popular deve ser observado na docência.

Com estas colocações não se está rechaçando o modelo de ensino tradicional, o sistema científico, está se buscando agregar o conhecimento popular e o contexto social às metodologias de ensino, pois cada aluno, cada professor e cada ambiente de ensino é constituído de influências regionais distintas.

Tendo essas colocações e sabendo a importância da utilização dos saberes populares no sistema de ensino, considero necessária a produção de subsídios teóricos e epistemológicos para se fundamentar um sistema de ensino que trabalhe interculturalmente a relação entre docente e discente.

Nessa perspectiva, se mostra plenamente discutível a questão levantada no presente trabalho, qual seja a formação de professores e os saberes populares, sob uma perspectiva intercultural, sugerindo-se que, em havendo uma mescla entre o saber científico e o saber popular a interação entre docente e discente será satisfatoriamente aprimorada.

A presente pesquisa refletirá meus pensamentos, os pensamentos de alguém que possui vontade de contribuir com a educação brasileira e que espera estar no início de sua trajetória dentro da academia.

A prática social preponderante revela que algumas identidades culturais se sobrepõem às outras; não se trata de exclusividade do Brasil ou de países do Sul, mas sim, de uma conduta natural e característica do próprio conceito de sociedade.

Como consequência dessa conduta predominante, muitos conhecimentos vão se perdendo ao longo dos anos, de geração em geração, ao passo que as culturas e práticas locais vão sendo substituídas pelo comportamento coletivo surgido nos grandes centros, e que, pouco a pouco, são incorporadas pela população. É necessário que essa lógica seja invertida e que os conhecimentos locais sejam levados aos grandes centros, e que os hábitos das populações marginalizadas sejam considerados na política de cada país.

No contexto acadêmico não ocorre de forma diferente, uma vez que as universidades não legitimam os saberes populares na sua relação cotidiana. Uma das justificativas para esta prática é de que estes saberes carecem de fundamentação científica. Assim, pouco a pouco, os saberes locais e próprios dos povos originários vão sendo perdidos.

Neste cenário, torna-se vital que a figura do professor esteja diretamente ligada à sua compreensão da importância da valorização da cultura local e dos saberes populares no processo de aprendizagem, de modo que este seja mais acolhedor e significativo visando o aprendizado do discente, de maneira que desenvolva as necessidades que cada contexto social comporta.

A perspectiva intercultural, que aqui será proposta, poderá contribuir nesse objetivo, uma vez que tem como ponto de partida o reconhecimento da existência desses contextos culturais históricos e hierarquizados, intensamente marcados por situações de preconceito, desigualdade e discriminação.

Evidente que, sendo o Brasil composto por diversas culturas, ricas nos seus saberes, essas culturas produzem conhecimentos próprios, os quais, por não serem comprovados cientificamente, não são validados e utilizados pela academia nos seus processos pedagógicos.

Vital, pois, que a presente pesquisa encontre subsídios teóricos e epistemológicos que demonstrem a importância da utilização dos saberes populares, destacando sua valorização e implementação gradual na prática pedagógica. Vale dizer também, que quando se fala aqui em implementação, quer se dizer que a formação docente deve ser trabalhada com esse enfoque, visando facilitar o acolhimento de diferentes culturas em sala de aula.

O processo de ensino deve passar por etapas, dentre elas podemos citar a que entendo ser pertinente ao tema, qual seja, a observância, por parte do educador, das peculiaridades locais, devendo, principalmente, atentar aos saberes não científicos, como, por exemplo, as diferenças culturais, os saberes populares presentes em determinada região.

Por exemplo: Um professor formado nascido e desenvolvido na capital, não conseguirá prender a atenção de um aluno de uma escola do interior, caso utilize exemplos totalmente alheios ao ambiente que aquele aluno está inserido.

Quando se refere em peculiaridades locais, também se quer afirmar que, devemos buscar inclusive em pessoas cuja referencia seja, mesmo que exclusivamente teórica, mas que seja baseada em experiências locais. Segundo isso, Barcelos:

Mesmo quando elaboramos nossas teses e demais trabalhos de pesquisas acadêmicas, somos vitimados por essa estranha “mania” de buscar alhures as respostas e/ou soluções para os problemas que nos desafiam. Continuamos nos esquecendo de uma obviedade quando se trata de importar idéias e/ou programas: aquilo que pode ser uma grande concepção para um pensador de outra cultura, e lá ter uma pertinência social muito grande, pode aqui significar nada mais nada menos que um mero capricho, um preciosismo acadêmico, quando não, um mero modismo.

Entendo que, muito embora a academia não reconheça cientificamente a utilização dos saberes populares, em especial quando não são fundamentados em dados científicos, a sua inserção no ambiente de ensino é de fundamental importância para que consigamos um ensino mais acolhedor, no momento em que proporciona ao educador relacionar a cultura do local em que está inserido com o conteúdo estudado.

2. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

O texto que apresento nesta Dissertação não é começo, mas sim, continuidade. Essa Dissertação resulta de um processo que teve início quando iniciei as atividades escolares, desde a pré-escola e que agora, tento transformar em uma dissertação de Mestrado na Área da Educação.

Enfim, trata de algumas de minhas inquietações surgidas durante minha formação e que estão diretamente relacionadas com a educação – como o professor deve receber dentro da sala de aula, alunos com as mais diversas culturas – e na perspectiva da educação intercultural, como proposta de solução dialógica dos conflitos decorrentes das novas relações estabelecidas em sala de aula.

Para tanto, não apenas adotei a pesquisa qualitativa como metodologia de pesquisa, mas também, como um processo de execução da própria metodologia, sendo método, o caminho a ser percorrido para atingir os objetivos propostos. A partir deste método, deve-se delinear a pesquisa, classificando-a quanto à natureza, a forma de abordagem do problema, aos objetivos, aos procedimentos técnicos. O referencial que orientará o “olhar investigativo e reflexivo do pesquisador” (BARCELOS, 2008;2006) no sentido da “produção das informações de pesquisa” (GAUTHIER, 1998), será o diálogo reflexivo e a busca de interlocução com uma visão de ciência como “prática social do conhecimento” (SANTOS, Boaventura, 1987).

A construção metodológica da presente pesquisa iniciou-se com o delineamento do tema a partir de minhas experiências pessoais, sendo este intrínseco à pesquisa científica, como orientador dos caminhos em busca das respostas para problema de pesquisa. Nada obstante, Marconi e Lakatos¹³ (2009, p. 157), definiram que pesquisa é “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para reconhecer a realidade ou para descobrir as realidades parciais”.

¹³ MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. página. 157;

Sobre a linha de abordagem de caráter qualitativo, diz MINAYO¹⁴ (2007, p.22) que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo nas relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A Pesquisa Qualitativa pode ser considerada como o conjunto de práticas e procedimentos em um espaço de discussão metodológico, metateórico. Para ESTEBAN¹⁵, a pesquisa qualitativa

é uma atividade sistemática orientada à compreensão [...] de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários sócio-educativos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos (ESTEBAN, 2010, p.124)

Na pesquisa qualitativa é necessária a preocupação direta do pesquisador com a experiência tal como vivida, sentida ou experimentada. Neste contexto é necessário ampliar a discussão da pesquisa, pois além de questões relacionadas ao significado subjetivo, é também a análise da dimensão com a linguagem, a representação e a organização social.

Assim, esta Dissertação tem como objetivo contribuir, através da construção e organização de conhecimentos, que demonstrem a valorização da utilização dos saberes populares para a formação de professores, visando demonstrar a importância dessa observância no processo de ensino.

Para tanto, num primeiro momento, serão tomadas como ponto de partida as experiências pessoais deste pesquisador, e a nivelação da formação dos professores para ensinagem nos mais diversos locais que estão inseridos no sistema educacional brasileiro, tendo como referencial a Teoria da Interculturalidade (FLEURI, 2003; 1998; BARCELOS, 2013) de modo que venha contribuir para a formação de professores(as), não apenas por meio da construção

¹⁴ MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. página 22;

¹⁵ ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa Qualitativa em Educação**. Porto Alegre: ARTMED, 2010. página 124;

de alternativas de trabalho, mas, também, da (re) (des) construção de um outro olhar sobre estas questões e para o mundo.

Em um segundo momento, já estabelecidos os caminhos investigativos, serão realizados os procedimentos de pesquisa bibliográficos através de atividades de pesquisa do tipo qualitativa e de caráter teórico-epistemológico. Esta perspectiva está em acordo com a proposição metodológica de que a pesquisa nas ciências sociais é de caráter eminentemente qualitativo (MINAYO 1989; DEMO 1990; VORRABER DA COSTA, 2002), construindo-se o estudo sistematizado, desenvolvido com base em material publicado, como: livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, entre outros, no intuito de colocar o pesquisador em contato com o máximo possível do que já foi escrito e publicado sobre o tema estudado.

Segundo BOAVENTURA SANTOS (1987), esta forma de reflexão e de construção de conhecimento torna possível a transformação do método científico em um processo familiar e próximo daquele que realiza a pesquisa: o pesquisador. Diminui-se, assim, a distância entre aquele que lida com o conhecimento e aquilo que é seu tema/problema de estudo e de pesquisa. Tal concepção de ciência e de produção de conhecimento, bem como a abordagem metodológica aqui proposta está em coerência com a ideia defendida por LUNA (1989:25) quando este autor afirma que não faz “qualquer sentido discutir a metodologia fora de um quadro de referência teórico que, por sua vez, é condicionado por pressupostos epistemológicos”.

Já para SÁNCHEZ GAMBOA (1995) as técnicas e métodos de pesquisa científica, tanto aquelas qualitativas quanto as quantitativas, não podem jamais ser compreendidas e avaliadas em si mesmas, ou seja, todas as diferentes formas e abordagens metodológicas, na pesquisa científica, devem estar contextualizadas e relacionadas com o problema de pesquisa; com os objetivos; com o tema de investigação; com o contexto da pesquisa, enfim, precisam ser construídas em linha de coerência e de diálogo no ambiente de pesquisa. Onde se conclui, segundo o autor, que técnica e método não estão separados.

Em um terceiro momento, será buscado materializar condutas para que esse método acolhedor, no sentido de valorar o saber não popular, seja aplicado na prática.

Por último, buscou-se encontrar respostas no material teórico para o fim de atingir os objetivos desta pesquisa, o que possibilitou (1) realizar o mapeamento necessário para a busca de informações de pesquisa, no sentido de (2) responder ao problema de pesquisa proposto; (3) Atingindo o objetivo de pesquisa pretendido.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

CAPÍTULO I - FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Falar sobre a origem, formação do povo brasileiro, não é tarefa nada fácil. Por várias razões, dentre as quais posso destacar as que mais me instigam e me fazem acreditar que assim como um estudo mais aprofundado, a simples menção a elas já pode contribuir para a qualidade desta dissertação.

Primeiramente, insta referir a pluralidade de etnias. Sim, pois de acordo com fontes históricas (estas presentes nos currículos de ensino de todo país, inclusive) nossa pátria, originalmente, foi povoada por indígenas, os quais tiveram que vivenciar a invasão de suas terras pelos brancos portugueses. Na sequência, juntaram-se a eles os negros do continente africano, trazidos para serem escravizados mediante a utilização de sua mão de obra.

O Brasil está entre os países mais miscigenados do mundo. Essa mistura é o resultado da contribuição de vários povos na construção de nossa formação que conta com portugueses, africanos, índios, franceses, italianos, alemães entre outros.

Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling¹⁶ reforçam essa questão, referindo:

Afinal, "o que faz do Brasil, Brasil ou do Brazil, Brasil?". Desde que os portugueses aqui chegaram, cinco séculos atrás, essa pergunta faz parte do cotidiano local, por vezes merecendo respostas otimistas, por vezes mais negativas. Por certo a pergunta não é fácil, nem a história é o único caminho para dar conta dela. A história do Brasil é jovem de cinco séculos – ao menos se nos fiarmos na narrativa oficial, que inicia sua contagem a partir do desembarque dos portugueses na América -, e é inquieta. Uma vez provocada, fala de tudo e adora embarcar numa polemica: passa a limpo conceitos e mitos, questiona muitas das perguntas que nos habituamos a fazer sobre o país, mostra tendências e recorrências que bem merecem nova interpretação. Também faz m jogo com o tempo: embaralha, ordena e reordena o fio da meada; põe um olho no passado, mas também o outro aberto no presente e até no futuro.

Não é a demarcação territorial que traça o perfil de um povo, mas o aglomerado de características que o distinguem de outros grupos. No Brasil, podemos afirmar que os povos que vieram, com intuito de residir ou somente de

¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz E STARLING, Heloisa Murgel, **BRASIL, uma biografia**. Editora Companhia das letras, 2009 7ª Edição, pagina 499;

explorar, foram se cruzando de forma gradual e célere, resultando a atual população brasileira.

É nessa pluralidade de etnias, acima descrita, que encontramos a base da miscigenação do povo brasileiro. Um povo com uma carga genética e étnica que nenhum outro no mundo possui. Isto porque, encontramos raízes nos indígenas, africanos e portugueses, estes os quais embora sejam parte de uma população europeia, há muito incorporaram características advindas de outros povos.

Consoante Darcy Ribeiro ¹⁷

No plano étnico-cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos de África, e os europeus aqui querenciados. Era o Brasileiro que surgia, com os tijolos dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas.

Nesta mesma seara, há de se mencionar a diversidade cultural presente na formação do povo brasileiro. É de se esperar, por óbvio e, considerando a diversidade étnica presente no período descrito, que inúmeras situações pudessem advir da convivência entre pessoas com carga cultural tão diferente.

O Brasil nasce, muito antes do dito ano da descoberta, o que sustento é que muito antes da oficialização da sua descoberta, ele já existia e nele, já existia a formação de uma rica diversidade cultural, onde povos se ajustavam socialmente formando uma cultura que predominava o solo pátrio.

Segundo Darcy Ribeiro ¹⁸:

O nome *BRAZIL*, geralmente identificado com o pau-de-tinta é na verdade muito mais antigo. Velhas cartas e lendas do mar-oceano traziam registros de uma ilha Brasil referida provavelmente por pescadores ibéricos que andavam a cata de bacalhau(Cf. Gandia1929). Mas ele foi quase imediatamente referido a nova terra, ainda que o governo português quisesse lhe dar nomes pios, que não pegaram. Os mapas mais antigos da costa já a registram como “brasileira” e os filhos da terra foram, também, desde logo chamados “brasileiros”. Entretanto, o uso do nome como gentílico, que um poço atribuía a si mesmo, só surgiria muito depois. O gentílico se implante quando se torna necessário denominar diferencialmente os primeiros núcleos neobrasileiros, formados sobretudo por brasilíndios e afro-brasileiros, quando começou a plasmar-se a configuração histórico cultural nova, que envolveu seus componentes em um mundo não apenas diferente, mas oposto ao do índio, ao do português e ao do negro.

¹⁷ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 26;

¹⁸ RIBEIRO, Darcy. **Op.cit.** página 95;

Nossos antepassados eram chamados de “Brasis” e distinguiam-se de acordo com sua linguagem, eram classificados como índios *macro-jê*, *macro-tupi*, *arawak* e *Karib* e distribuíam-se no território brasileiro, do foz iapoqui ao sistema fluvial Paraná-paraguai-uruguai. As origens, foram divididas por Darcy Ribeiro na obra formação do povo brasileiro por matrizes, sendo a primeira delas a Tupi.

Para Darcy Ribeiro¹⁹:

Os grupos indígenas encontrados no litoral pelo português eram principalmente tribos de tronco tupi que, havendo se instalado uns séculos antes, ainda estavam desalojando antigos ocupantes oriundos de outras matrizes culturais. Somavam, talvez, 1 milhão de índios, divididos em dezenas de grupos tribais, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a 2 mil habitantes (Fernandes 1949). Não era pouca gente, porque Portugal àquela época teria a mesma população ou pouco mais.

Os índios tupis, eram autossuficientes em seus afazeres, pois possuíam suas tarefas divididas desde o nascimento. Os homens, eram criados para ser guerreiros e as mulheres, para trabalhar com serviços relativos a casa e comida de toda a família. Ambos, homens e mulheres, mesmo sem nenhum tipo de catálogo, sabiam para que servia, ou não servia, tudo que existia no ecossistema onde habitavam.

Darcy Ribeiro²⁰ sustenta que:

Na escala de evolução cultural, os povos tupi davam os primeiros passos da revolução agrícola, superando assim a condição paleolítica, tal como ocorrera pela primeira vez, há dez mil anos, com os povos do Velho Mundo. É de assinalar que eles o faziam por um caminho próprio, juntamente com outros povos da floresta tropical que haviam domesticado diversas plantas, retirando-as da condição selvagem para a de mantimento de seus roçados. Entre elas, a mandioca, o que constituiu uma façanha extraordinária, porque se tratava de uma planta venenosa a qual eles deviam, não apenas cultivar, mas também, tratar adequadamente para extrair-lhe o ácido cianídrico, tornando-a comestível. É uma planta preciosíssima, porque não precisa ser colhida e estocada, mantendo-se viva na terra por meses. Além da mandioca, cultivavam o milho, a batata doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, o urucu, o algodão, o carauá, cuias e cabaças, as pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva-mate, o guaraná, entre muitas outras plantas. Inclusive dezenas de árvores frutíferas, com o caju, o pequi etc. Faziam, para isso, grandes roçadas de mata, derrubando as árvores com seus machados de pedra e limpando o terreno com queimadas.

¹⁹ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 26;

²⁰ RIBEIRO, Darcy. **Op.cit.** página 26;

Naquela época, sem nenhuma fonte para consulta, sem nenhum catálogo das plantas, frutas e raízes ali existentes, os professores eram os mais velhos que foram, nas palavras de Darcy Ribeiro, “domesticando” o que podiam e o que não podiam simplesmente descartavam na natureza. Nesse momento histórico, percebe-se que os saberes populares são ricos e podem ser utilizados no processo de ensino, como os índios tupis já faziam.

A, denominada por Darcy Ribeiro, matriz lusa, composta por portugueses e espanhóis que em busca da expansão acabaram por atracar no território brasileiro, trazendo consigo o gosto por varias especiarias e alimentos tipicamente portugueses para a época, porém que abasileiraram-se com o passar dos anos.

A matriz afro, a grande responsável por quase tudo que aqui, no Brasil, se fez. Foi quando os primeiros africanos chegaram na costa brasileira, vindos do costa ocidental africana localizada o norte da linha do equador, que foi denominado “ciclo da guiné”. Depois, vieram da região de Angola e do Kongo, da África central atlântica.

Essas matrizes, eram especialistas na produção de objetos de cerâmica, prática de agricultura e criação de gado. Já haviam domesticado diversas plantas e dominavam algumas técnicas da metalurgia. Além disso, antes da chegada do povo Europeu na África, se ordenavam em Estados, conheciam o comércio, a moeda e a escravidão.

No continente africano existiam basicamente escravos e senhores de escravos, no reino do Kongo, a aristocracia empregava escravos no cultivo do campo, por vezes, realizavam a compra de novas parideiras, para que conseguissem manter sua safra sempre nova e produtiva, faziam também a utilização de escravos como moeda, em troca de outros produtos.

No momento da chegada do africano no Brasil, esse povo teve sua identidade negada e marginalizada, se tornando um povo sem identidade. Até mesmo porque, as famílias eram separadas quando convertidas de pessoas com liberdade para escravos. Para Darcy Ribeiro, a contribuição da cultura negra estaria presente no plano ideológico, na força física, nas crenças religiosas, na música e na gastronomia.

Quando Europeus e Africanos se encontraram, ambos já sabiam muito bem o que era escravidão. Vários pequenos povoados foram dominados e escravizados

pelos europeus durante longo tempo. Mas os africanos foram tão fundos na aventura da construção deste país, que hoje eles já não são eles, os africanos, eles somos nós, os brasileiros.

Segundo Darcy Ribeiro²¹:

Os índios perceberam a chegada do europeu como um acontecimento espantoso, só assimilável em sua visão mítica do mundo. Seriam gente de seu deus sol, o criador – Maíra -, que vinha milagrosamente sobre as ondas do mar grosso. Não havia como interpretar seus desígnios, tanto podiam ser ferozes como pacíficos, espoliadores ou dadores. Provavelmente seriam pessoas generosas, achavam os índios. Mesmo porque, no seu mundo, mais belo era dar que receber. Ali, ninguém jamais espoliara ninguém e a pessoa alguma se negava louvor por sua bravura e criatividade. Visivelmente, os recém-chegados, saídos do mar, eram feios, fétidos e infectos. Não havia como negá-lo. É certo que, depois do banho e da comida, melhoraram de aspecto e de modos. Maiores terão sido, provavelmente, as esperanças do que os temores daqueles primeiros índios. Tanto assim é que muitos deles embarcaram confiantes nas primeiras naus, crendo que seriam levados a Terras sem Males, morada de Maíra (Newen Zeytung 1515). Tantos que o índio passou a ser, depois do pau-brasil, a principal mercadoria de exportação para a metrópole.

A Cultura Brasileira originou-se pela incorporação da base negra, da base índia, de uma maneira tão enraizada que aparece em várias situações de maneira tão natural que passa despercebida. O Brasil, é resultante da fusão dessas milhões de gentes desconhecidas, uma fusão genética, uma vez que a mestiçagem que tem aqui, sempre foi feita sem freios e sem nenhuma noção que se fosse crime ou pecado.

Para Darcy Ribeiro²², quando refere-se a esse movimento social como Cunhadismo, sustenta que:

A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo. Isso se alcançava graças ao sistema de parentesco classificatório dos índios, que relaciona, uns com os outros, todos os membros de um povo. Assim é que aceitando a moça, o estranho passava a ter nela sua temericó e, em todos os seus parentes de geração dos pais, outros tantos pais ou sogros. O mesmo ocorria em sua própria geração interior eram todos seus filhos ou genros. Nesse caso, esses termos de consangüinidade ou de afinidade passavam a classificar todo o grupo como pessoas transáveis ou incestuosas. Com os primeiros devia ter

²¹ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 34;

²² RIBEIRO, Darcy. **Op.cit.** Pagina 63;

relações evitativas, como convém no trato com sogros, por exemplo. Relações sexualmente abertas, gozosas, no caso dos chamados cunhados; quanto a geração de genros e noras ocorria o mesmo. Há amplo registro dessa prática entre os cronistas e também avaliações de suas importância devidas a Efraim Cardozo(1959), do Paraguai, e Jaime Cortesão(1964), para o Brasil. A documentação espanhola, mais rica nisso, revela que em Assunção havia europeus com mais de oitenta temericó. A importância era enorme e decorria de que aquele adventício passava a contar com uma multidão de parentes que podia pôr a seu serviço, seja para seu conforto pessoal, seja para a produção de mercadorias.

A fusão não foi somente genética, foi também espiritual, pela confluência que aqui se deu pelos patrimônios culturais de nossas diversas matrizes. No início da colonização brasileira, a índia grávida do europeu, dava origem a um povo misógino, que mais tarde veio a formar o povo brasileiro. Um europeu que não queria ser índio e um índio que não queria ser europeu. Por mais incrível que possa se parecer, essa mistura ainda está sendo feita.

Os portugueses, por sua vez, auto-intitulados superiores, não apenas intelectualmente, mas na maneira como se portar também. Estes eram considerados, por eles próprios, os portadores do conhecimento, aqueles que estavam trazendo aos índios as maiores belezas e mais complexas curiosidades da civilização, e os índios aceitavam tal condição com gosto.

Em contraste à intelectualidade apresentada pelos portugueses, estavam os índios e os negros, os quais eram considerados verdadeiros ignorantes. E foi assim, na origem, que foram surgindo as discrepâncias entre classes sociais.

Corroborando com a ocorrência de tal discrepância, a posição social ocupada por cada um. Enquanto o português ocupava a terra pertencente ao índio como se sua fosse, utilizava-se da mão de obra escrava do negro Africano, por exemplo.

Corroborando com o ora escrito, Darcy Ribeiro²³:

A consciência plena dessa oposição só seria alcançada muito mais tarde, mas a percepção dos antagonismos e diferenças se dá desde as primeiras décadas. Revela-se na prevenção do nativo com relação ao metropolitano e, como contrapartida, no desprezo deste pela gente da terra. Evidencia-se na perplexidade do missionário que, em vez de famílias compostas de acordo com o padrão europeu, depara no Brasil com verdadeiros criatórios de mestiços, gerados pelo pai branco em suas múltiplas mulheres índias. Denota-se, na inquietação do funcionário real que, dois séculos após a descoberta do Brasil, se pergunta se um dia chegará aquela multidão mestiça, se entendendo em tupi-guarani, a falar português. É bem provável

²³ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 96;

que o brasileiro comece a surgir e a reconhecer-se a si próprio mais pela percepção de estranheza que provocava no lusitano, do que por sua identificação como membro das comunidades socioculturais novas, porventura também porque desejoso de remarcar sua diferença e superioridade frente aos indígenas. Naquela busca de sua própria identidade, talvez até se desgostasse da idéia de não ser europeu, por considerar, ele também, como subalterno tudo que era nativo ou negro. Mesmo o filho de pais brancos nascido no Brasil, mazombo, ocupando em sua própria sociedade uma posição inferior com respeito aos que vinham da metrópole, se vexava muito da sua condição de filho da terra, recusando o tratamento de nativo e discriminando o brasilíndio mameluco ao considerá-lo como índio. O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos - que ele desprezava -, nem com os europeus - que o desprezavam -, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos luso-nativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro. Através dessas oposições e de um persistente esforço de elaboração de sua própria imagem e consciência como correspondentes a uma entidade étnico-cultural nova, é que surge, pouco a pouco, e ganha corpo a brasilianidade.

Foi neste contexto social e cultural que foi se formando o povo brasileiro. Um povo que, desde seu surgimento, traz em sua essência marcas de abusos físicos e psicológicos, assim como a corrupção apresentada ainda na época de sua colonização.

Conforme nos ensina Darcy Ribeiro²⁴:

Como cada europeu posto na costa podia fazer muitíssimos desses casamentos, a instituição funcionava como uma forma vasta e eficaz de recrutamento de mão de obra para os trabalhos pesados de cortar paus-de-tinta, transportar e carregar para os navios, de caças e amestrar papagaios e soins. Mais tarde, serviu também para fazer prisioneiros de guerra que podiam ser resgatados a troco de mercadoria, em lugar do destino tradicional, que era ser comida ritualmente num festival de antropofagia. Os índios não queriam outra coisa porque, encantados com as riquezas que o europeu podia trazer nos navios, o usavam para se prover de bens preciosismos que se tornaram logo indispensáveis, como as ferramentas de metal, espelhos e adornos. Quando ficaram bem providos dessas mercadorias, outras lhes eram ofertadas. E, por fim, se teve que passar do cunhadismo às guerras de captura de escravos, quando a necessidade de mão de obra indígena se tornou grande demais. A função do cunhadismo na sua nova inserção civilizatória, foi fazer surgir a numerosa camada de gente mestiça que efetivamente ocupou o Brasil. É crível até que a colonização pudesse ser feita através do desenvolvimento dessa prática. Tinha o defeito, porém, de ser acessível a qualquer europeu desembarcado junto às aldeias indígenas. Isso efetivamente ocorreu, pondo em movimento um número crescente de navios e incorporando a índia ao sistema mercantil de produção. Para Portugal é que representou uma ameaça, já que estava perdendo sua conquista para armadores franceses, holandeses, ingleses e alemães, cujos navios já sabiam onde buscavam suas cargas. Sem a prática do cunhadismo era impraticável a criação do Brasil. Os

²⁴ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 63;

povoadores europeus que aqui vieram ter, eram uns poucos náufragos e degredados, deixados pelas naus da descoberta, ou marinheiros fugidos para aventurar vida nova entre os índios. Por si sós, teriam sido uma erupção passageira na costa atlântica, toda povoada por grupos indígenas. Com base no cunhadismo se estabelecem criatórios de gente mestiça nos focos onde náufragos e degredados se assentaram. Primeiro, junto com os índios nas aldeias, quando adotam seus costumes vivendo como eles, furando os beijos e as orelhas e até participando de cerimoniais antropofágicos, comendo gente. Então aprendem a língua e se familiarizam com a cultura indígena. Muitos gostaram tanto que deixaram-se ficar na boa vida de índios, amistosos e úteis. Outros foram unidades apartadas das aldeãs, compostas por eles, suas múltiplas mulheres índias, seus numerosos filhos, sempre em contato com a incontável parentela delas. A sobrevivência era garantida pelos índios, de forma quase idêntica à deles mesmos. Viabilizara-se, porém, uma atividade altamente nociva, a economia mercantil, capaz de operar como agência civilizatória pela intermediação do escambo trocando artigos europeus pelas mercadorias da terra.

A junção étnica e cultural desse povo revela o Brasil da forma como estudamos na escola em nossos anos primários, um país que tem como base de sua economia a agricultura e o desenvolvimento da agropecuária, porém, o que não nos foi passado é que o modo praticado na agricultura e na agropecuária era distinto e com peculiaridades de cada povo (Índio, Africano e Europeu).

Esse movimento cultural, no caso, essa conversa entre as culturas que resultou em uma fusão entre os novos integrantes do Brasil e conseqüentemente o surgimento de uma cultura própria, que acabou por, aos poucos, ir se sobrepondo a outras culturas que aos poucos foram sendo menos praticadas.

Com a chegada do Europeu nas terras dos índios, os Europeus acabaram por conhecer novos hábitos, novos cultivos e práticas que reconheceram de imediato serem de grande valia quando aplicadas cotidianamente, o que acabou naturalmente ocorrendo.

Darcy Ribeiro ²⁵ afirma que:

De fato, os novos núcleos puderam brotar e crescer em condições tão inviáveis, e em meio tão diverso do europeu, porque aprenderam com o índio a identificar, a denominar e a classificar e usar toda a natureza tropical, distinguindo as plantas úteis das venenosas, bem como as apropriadas à alimentação e as que serviam a outros fins. Aprenderam, igualmente, com eles, técnicas eficazmente ajustadas às condições locais e às diferentes estações do ano, relativas ao cultivo e preparação de variados produtos de suas lavouras, à caça na mata e à pesca no mar, nas lagoas e nos rios. Com os índios aprenderam, ainda, a fabricar utensílios de

²⁵ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 97;

cerâmica, a trançar esteiras e cestos para compor a tralha doméstica e de serviço, a tecer redes de dormir e tipóias para carregar crianças. Foi, com os índios, também, que aprenderam a construir as casas mais simples, ajustadas ao clima, como os mocambos, com os materiais da terra, nas quais viveria a gente comum; a fabricar canoas com casca de árvore ou cavadas a fogo em um só tronco. Sobre essa base é que se acumulariam, depois, as heranças tecnológicas européias que, modernizando a sociedade brasileira nascente, permitiriam melhor integrá-la com os povos de seu tempo. Enfim, a atuar produtivamente sobre uma natureza diversa da européia e da africana, em condições climáticas também distintas, preenchendo os requisitos necessários à sobrevivência nos trópicos. Essa herança técnico-cultural em que se assentava a adaptação ecológica dos brasileiros era essencialmente a mesma de todas as tribos agrícolas da floresta tropical. Tinha, porém, muitas peculiaridades que a faziam reconhecível como de origem tupi. Para tanto aqui se somam à língua falada pelos neobrasileiros, o *nheengatu*, que era uma variante do tronco tupi; a fórmula ecológica específica de sobrevivência nos trópicos, com base na agricultura deles, que era também tupi; e a própria constituição genética dos núcleos mamelucos gerados por pais europeus principalmente nas índias da costa, que eram predominantemente tupi; para, tudo somado, dar aos brasileiros originais uma flagrante fisionomia tupi.

Da mesma forma, e, em contrapartida, os índios verificaram técnicas dos povos que em suas terras chegavam e incorporaram as desenvolvidas pelo seu povo. O mesmo ocorreu com os africanos em relação aos europeus, os europeus em relação aos africanos e etc, muito embora, o africano tenha atuado muito mais como passivo que como ativo nessa sobreposição cultural.

Nesse sentido Darcy Ribeiro ²⁶ sustenta que:

A contribuição cultural do negro foi pouco relevante na formação daquela protocélula original da cultura brasileira. Aliciado para incrementar a produção açucareira, comporia o contingente fundamental da mão de obra. Apesar do seu papel como agente cultural ter sido mais passivo que ativo, o negro teve uma importância crucial, tanto por sua presença como a massa trabalhadora que produziu quase tudo que aqui se fez, como por sua introdução sorrateira, mas tenaz e continuada, que remarcou o amalgama racial e cultural brasileiro com suas cores mais fortes. Tal como ocorreu aos brancos vindos mais tarde a integrar-se na etnia brasileira, os negros, encontrando já constituída aquela protocélula luso-tupi, tiveram de nela aprender a viver, plantando e cozinhando os alimentos da terra, chamando as coisas e os espíritos pelos nomes tupis incorporados ao português, fumando longos cigarros de tabaco e bebendo cauí. Os negros do Brasil, trazidos principalmente da costa ocidental da África, foram capturados meio ao acaso nas centenas de povos tribais que falavam dialetos e línguas não inteligíveis uns aos outros. A África era, então, como ainda hoje o é, em larga medida, uma imensa babel de línguas. Embora mais homogêneos no plano da cultura, os africanos variavam também largamente nessa esfera. Tudo isso fazia com que a uniformidade racial não correspondesse a uma unidade linguístico-cultural, que ensejasse uma unificação, quando os negros se encontraram submetidos todos à escravidão. A própria religião,

²⁶ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 87;

que hoje, após ser trabalhada por gerações e gerações, constitui-se uma expressão de consciência negra, em lugar de unificá-los, então, os desunia. Foi até utilizada com o fator de discórdia segundo confessa o conde dos Arcos.

Os saberes de cada indivíduo não são rígidos, imutáveis, eles sempre vêm se alterando, se adaptando para que continuem sempre atualizados ao contexto social em que vivem, o que por vezes, gera o que pode ser chamado de sobreposição de conhecimentos.

Darcy ribeiro ²⁷ na obra *O povo Brasileiro, a formação e o sentido do Brasil*, sustenta que essa sobreposição e fusão das culturas, se deu como se fossem “moinhos de gastar gente” expressão utilizada por ele nessa obra, dando a idéia de construção de uma nova cultura.

Assim, denomina Darcy Ribeiro ²⁸ como uma dessas novas culturas os *Brasilíndios*, a quem atribui a expansão do domínio português no território brasileiro:

A expansão do domínio português terra adentro, na constituição do Brasil, é obra dos *brasilíndios* ou *mamelucos*. Gerados por pais brancos, a maioria deles lusitanos, sobre mulheres índicas, dilataram o domínio português exorbitando a dação de papel das *Tordesilhas*, excedendo a tudo que se podia esperar.(...) O que buscavam no fundo dos matos a distâncias abismais era a única mercadoria que estava seu alcance: índios para uso próprio e para venda; índios inumeráveis, que suprissem as suas necessidades e se renovassem a medida que fossem sendo desgastados; índios que eles abrissem roças, caçassem, pescassem, cozinhassem, produzissem tudo o que comiam, usavam ou vendiam; índios, peças de carga, que lhe carregassem toda a carga, ao longo dos mais longos e ásperos caminhos. Desgastadas as tribos escravizáveis que viviam por perto, os *brasilíndios paulistas* os foram buscar nos esconsos em que estivessem. Para isso, se organizavam em bandos imensos de *mamelucos* e seus cativos que, por meses e até anos, se deslocavam a pé, descalços, nas bandeiras ou remando as canoas das monções. Nas entradas mais profundas e pioneiras que duravam anos, viajavam uns quantos meses e acampavam para plantar e colher roças com que se supriam de mantimentos para prosseguir viagem sertão adentro, através de matas e de campos naturais. Vanguardas avançadas sondavam o caminho, procurando aldeias indígenas ou missões de índios capturáveis, ou se precavendo contra assaltos de indos hostis. Esse ofício de caçadores de gente se converteu em gênero de vida dos paulistas, em cujo desempenho se fizeram respeitáveis destacando-se com altas honras, a seus próprios olhos, os mais valentes e briosos. Os mais bem sucedidos deles alcançavam não só a prosperidade que essa pobre economia podia dar, mas também o reconhecimento público de suas façanhas e o mais alto contentamento consigo mesmos. Era um modo de vida raro, inusitado, não há duvida, mas contrastante com qualquer outro tal como gênero de vida camponês ou a pastoril e igualmente remarcado de singularidade.

²⁷ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil* – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 81;

²⁸ RIBEIRO, Darcy. *Op. Cit.*. página 81;

Esse processo de adaptação e fusão sociocultural, não foi somente pacífico e por vezes se deu de maneira sangrenta, pois todo processo de formação ocorreu pelo entrelaçamento das culturas dos índios, dos negros e dos brancos, cada qual defendendo sua hegemonia.

Sobre o assunto, Darcy Ribeiro²⁹

Outra modalidade principal de conflito é a dos enfrentamentos predominantemente raciais. Aqui, vemos opondo-se umas às outras todas as três matrizes da sociedade, cada uma delas armada de preconceitos raciais contra as outras duas. Esses antagonismos alcançam caráter mais cruento no enfrentamento dos negros, trazidos da África para serem escravos, que se vêem condenados a lutar por sua liberdade e, mesmo depois de alcançada a abolição, a continuar lutando contra as discriminações humilhantes de que são vítimas, bem como contra as múltiplas formas de preterição. As lutas são inevitavelmente sangrentas, porque só a força pode se impor e manter a condição de escravo. Desde a chegada do primeiro negro até hoje, eles estão na luta para fugir da inferioridade que lhes foi imposta originalmente, e que é mantida através de toda a sorte de opressões, dificultando extremamente sua integração na condição de trabalhadores comuns, iguais aos outros, ou de cidadãos com os mesmos direitos.

Em relação aos povos vindos da África, que foram retirados da sua cultura e obrigados a exercer trabalhos forçados para os brancos, matriz lusa, como escravos, sua desculturalização foi processo implementado com uma violência cultural enorme. Isso porque, quando retirados do seio do seu povo, eram misturados com negros de locais diferentes, com o intuito de evitar que escravos da mesma etnia ficassem na mesma propriedade, o que dificultou a preservação da cultura africana.

Darcy Ribeiro³⁰, afirma que

O surgimento de uma etnia brasileira, inclusiva, que possa envolver e acolher a gente variada que aqui se juntou, passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem, como os mulatos (negros com brancos, caboclos (brancos com índios), ou curibocas (negros com índios). Só por esse caminho, todos eles chegam a ser uma gente só, que se reconhece como igual em alguma coisa tão substancial que anula suas diferenças e os opõe a todas as outras gentes. Dentro do novo agrupamento, cada membro, como pessoa, permanece inconfundível, mas passa a incluir sua pertença a certa identidade coletiva.

²⁹ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 131;

³⁰ RIBEIRO, Darcy. **Op. Cit.** página 100;

Na mesma obra, Ribeiro diz que outro traço particular da constituição do Brasil foi a presença de cinco culturas predominantes, embora distintas. O Brasil Crioulo que se estendia do litoral de São Luís ao Rio de Janeiro e era muito influenciado pela África), o Brasil caboclo (região Norte com a Amazônia e os índios), o Brasil sertanejo (Nordeste, seu sertão, caatinga), o Brasil caipira (centro-oeste, sudeste, influência da cidade de São Paulo na formação do país) e o Brasil sulino (mamelucos vivendo em uma área muito rica e fértil, os pampas gaúchos, e com forte interferência européia).

O Brasil Crioulo, desenvolveu-se inicialmente com o engenho de açúcar, tendo em vista sua simplicidade de cultivo, posto que só necessitava de terras férteis e frescas para o cultivo da cana-de-açúcar, o que era abundante no Brasil e uma instalação física para o engenho que produzia o caldo da cana, que era basicamente uma prensa de madeiras e ferros que os mesmos portugueses que construíam os naus, fabricavam com facilidade e pouco esforço.

Discorre Ribeiro³¹:

A sociedade brasileira, em sua feição cultural crioula, nasce em torno do complexo formado pela economia do açúcar, com suas ramificações comerciais e financeiras e todos os complementos agrícolas e artesanais que possibilitavam sua operação. A massa humana organizada em função do açúcar se estrutura em uma formação econômico social atípica com respeito as americanas e as européias de então. Muito mais singela, por um lado, por seu caráter de empresa colonial destinada a lograr propósitos econômico-mercantis claramente buscados. Nela, a forma de existência, a organização da família, a estrutura de poder não eram criações históricas oriundas de uma velha tradição, mas meras resultantes de opções exercidas para dar eficácia ao empreendimento. Mas, por outro lado, muito mais complexa, como população surgida da fusão racial de brancos, índios e negros, como cultura sincrética plasmada pela integração das matrizes mais díspares e como economia agroindustrial inserida no comércio mundial nascente. Chamamos área cultural crioula à configuração histórico-cultural resultante da implantação da economia açucareira e de seus complementos e anexos na faixa litorânea do Nordeste Brasileiro que vai do Rio Grande do Norte à Bahia. Entre seus complementos se conta a fabricação de aguardente e de rapadura, que era a produção principal dos pequenos engenhos, destinada ao mercado interno. Entre os seus anexos, destacam-se as lavouras comerciais de tabaco e a fabricação do fumo, a que se dedicavam pequenos produtores sem cabedal para montar um engenho, mas cujo valor de exportação chegaria a representar uma décima parte do valor da safra açucareira. Muito mais tarde, outros produtos agrícolas de exportação, como o cacau, se somariam aos primeiros para permitir a extensão a outras regiões das formas de vida e de trabalho criadas ao redor do engenheiro canavieiro, ampliando desse modo a área cultural crioula.

³¹ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 207;

Quanto ao que era necessário para a produção do açúcar, além da matéria prima e das instalações, por óbvio, era necessária também a mão e obra que era escravocrata, regime que imperava nessa época e era de certa maneira organizada, apesar de indiscutivelmente imposta aos escravos pelos senhores do açúcar, pois era subdividido em dois pilares que estruturavam essa relação social. Segundo isso, Darcy Ribeiro³²:

No início dos engenhos açucareiros, o sistema de trabalho/mão de obra era baseado na escravidão e a classe dominante partida em dois corpos: o patronal e o patriarcal, o primeiro deles dividido, por sua vez, em empresários produtores e negociantes parasitários. Conforme assinalamos, essas diferenças, sem dúvida importantes, nunca chegaram, porém, a constituir um antagonismo irreduzível, porque todas elas formavam, em essência, a cúpula homogênea e coesa de um mesmo sistema de dominação externa e de exploração interna.

Conforme dito anteriormente, o sistema escravocrata era imposto aos escravos, tal fato da idéia de que era absoluto, porém, até mesmo em regimes absolutos existem as forças “revolucionárias” que iam ao encontro do que era considerado como supremacia imposta na época.

O dito “sistema açucareiro” era dependente de outros dois grupos, podendo até ser afirmado nesse momento do estudo que, mais importante que o dos senhores do açúcar. Esses grupos que detinham certo domínio sobre os senhores do açúcar pois eram os negociantes de importação e exportação, que segundo Darcy Ribeiro³³ informa ao leitor que:

Sua hegemonia só não era completa porque eles dependiam, por sua vez, dos dois outros corpos da classe dominante. Em primeiro lugar, do patronato parasitário de armadores e negociantes de importação e exportação que relacionavam a economia açucareira com o mercado mundial. Também dependente da prosperidade da economia açucareira, que era sua fonte de riqueza, esse patronato urbano se impunha aos senhores de engenho, que mantinham atados através de um endividamento permanente, mas atuavam sempre na defesa dos interesses comuns do negócio. Dependiam, em segundo lugar, do outro corpo da classe dominante formado pelo patriciado governamental que organizava, regia e defendia o empreendimento colonial, tudo fazendo também pela prosperidade da economia açucareira. Entretanto, os burocratas; o eclesiástico, querendo mais óbulos para a glória de Deus e a salvação das almas; o militar, pedindo ajuda nas obras de engenharia de defesa; o clero

³² RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 218;

³³ RIBEIRO, Darcy. **Op. Cit.** página 218;

comum; e até alguns poeiras, intrigando e falando mal da vida alheia, freqüentemente se opunham aos interesses imediatos dos dois patronatos.

Essa estruturação, teria dentre outros momentos de destaque, a revolução industrial que abarcou na produção açucareira, técnicas como a substituição do engenho de roda-d'água ou de tração animal por instalações movidas a vapor, a qual produzia mais e em menor tempo.

Nesse cenário de submissão do trabalhador analfabeto e miserável nos engenhos de açúcar, os patronos do ramo, enriqueceram e conseguiram uma hegemonia temporária nesse tipo de produção.

Essa hegemonia, somente cessou devido algumas inovações advindas na época da revolução industrial e a lei que aboliu a escravatura no Brasil, fato que propiciou a independência do negro nesse território.

O Brasil Caboclo, eram grupos de origem em sua maioria tribal, ainda em desenvolvimento, com mais organização do que o índio no momento do descobrimento do Brasil, porém, com clara ausência de organização estatal e sem classes predominantes.

Este sistema era basicamente baseado em produção alimentar, e todos eram responsáveis pelas tarefas necessárias para que as necessidades da população cabocla fosse atendida e nada faltasse aos trabalhadores e suas famílias.

No território caboclo, também existia o desenvolvimento de uma atividade em destaque, que explica Darcy Ribeiro ³⁴

O correspondente amazônico do engenho açucareiro, da grande lavoura comercial ou da fazenda de criação de gado das áreas pastoris é uma empresa extrativista florestal, incipientemente capitalista: o seringal. Ele só pôde operar economicamente enquanto manteve o monopólio da produção mundial da borracha, fazendo-se pagar preços dez vezes mais altos do que os atuais. Com o surgimento de seringais cultivados no Oriente e da borracha sintética, a exploração da borracha nativa tornou-se economicamente inviável. Desde então, o seringal só sobrevive graças a um protecionismo estatal que o mantém artificialmente, subvencionando o patronato seringalista, mas sem a preocupação de amparar a massa de trabalhadores nele engajada. Esta situação permanece inalterável há meio século, submetendo as populações da Amazônia à maior miséria, sem lhes ensejar uma alternativa de inserir-se em outras formas de produção econômica.

³⁴ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 230;

O Brasil sertanejo, formado basicamente por uma população com uma subcultura própria, a sertaneja, era especializado no pastoreio, pois estava em uma faixa terrestre que não era possível a produção de alimentos diretamente da terra, porém, banhado por rios, o que lhes garantia água para dar aos animais que dedicava a produção.

Darcy Ribeiro ³⁵ diz que:

Toda essa área conforma um vastíssimo mediterrâneo de vegetação rala, confinado, de um lado, pela floresta da costa atlântica, do outro pela floresta amazônica e fechado ao sul por zonas de matas e campinas naturais. Faixas de florestas em galeria cortam esse mediterrâneo, acompanhando o curso dos rios principais, adensando-se em capões de mata ou palmeirais de carnaúba, buriti ou babaçu, onde encontra terreno mais úmido. A vegetação comum, porém, é pobre, formada de pastos naturais ralos e secos e de arbustos enfezados que exprimem em seus troncos e ramos tortuosos, em seu enfolhamento maciço e duro, a pobreza das terras e a irregularidade do regime de chuvas. Nos cerrados e, sobretudo, nas caatingas, a vegetação alcança já uma plena adaptação à secura do clima, predominando as cactáceas, os espinhos e as xerófilas, organizadas para condensar a umidade atmosférica das madrugadas frescas e para conservar nas folhas fibrosas e nos tubérculos as águas da estação chuvosa. No agreste, depois nas caatingas e, por fim, nos cerrados, desenvolveu-se uma economia pastoril associada originalmente à produção açucareira como fornecedora de carne, de couros e de bois de serviço. Foi sempre uma economia pobre e dependente. Contando, porém, com a segurança de um crescente mercado interno para sua produção, além da exportação de couro, pôde expandir-se continuamente através de séculos. Acabou incorporando ao pastoreio uma parcela ponderável da população nacional, cobrindo e ocupando áreas territoriais mais extensas que qualquer outra atividade produtiva.

A produção animal, era diretamente afetada pelas secas, que não eram raras devido ao clima, tanto que as vezes uma simples estiagem, mobilizava o emprego de vultuosas verbas para abertura de estradas e, sobretudo, a construção de açudes nos locais de concentração de criação.

Sobre este aspecto, Darcy Ribeiro ³⁶ nos diz que:

Chegou-se mesmo a implantar uma "indústria da seca", facilmente simulável numa enorme área de baixa pluviosidade natural, quando para isso se associam os políticos, que, dessa forma, encontram modos de servir sua clientela, os negociantes e empreiteiros de obras que passam a viver e a enriquecer da aplicação de fundos públicos de socorro e os grandes criadores pleiteantes de novos açudes, valorizadores de suas terras e que nada lhes custam. Apesar dos planos governamentais consignarem sempre

³⁵ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 250;

³⁶ RIBEIRO, Darcy. **Op. Cit.**. página 257;

a destinação dos açudes à irrigação das terras para os cultivos de subsistência, na forma de pequenas propriedades familiares, jamais um palmo das terras beneficiadas foi desapropriada com esse objetivo, ficando as áreas irrigáveis sob o domínio dos fazendeiros, para os usos que mais lhes convinham. Assim, todos os programas de socorro aos flagelados resultaram em iniciativas consolidadoras do latifúndio pastoril, salvaguardando o gado bovino dos fazendeiros, mas mantendo o sertanejo nas mesmas condições precárias, cada vez mais indefesos em face de uma exploração econômica mais danosa do que as secas.

O Brasil Caipira retrocedia, ou seja, ia de encontro aos demais, tendo em vista que enquanto os engenhos de açúcar cresciam e ficavam ricos, a população paulista se via marginalizada na mais literal pobreza. Isto pois, não possuíam grandes engenhos de açúcar, nem a mão de obra da escravaria negra e muito raramente recebiam algum navio ou transporte que pudesse movimentar a economia local.

Basicamente, o povo caipira, desenvolvia-se no interior em sítios pequenos, as vezes unifamiliares, cultivando individualmente mandioca, feijão, milho, abobora, batatas e tabaco. Caçavam também, mas de maneira simplória e basicamente com caráter de subsistência.

Sobre os paulistas, discorre Darcy Ribeiro³⁷:

Essa pobreza, que está na base tanto das motivações quanto dos hábitos e do caráter do paulista antigo, é que fazia deles um bando de aventureiros sempre disponível para qualquer tarefa desesperada, sempre mais predispostos ao saqueio que à produção. Cada caudilho paulista de expressão podia levantar centenas e até milhares de homens em armas; é verdade que a imensa maioria deles formada por índios flecheiros. O Brasil sulinos: Gauchos, matutos e gringos, originado por previa dominação originada na expansão dos antigos paulistas em interação com outras influências, fez surgir o povo do sul. Basicamente, caracterizava-se, em comparação com as outras áreas culturais brasileiras pela sua heterogeneidade cultural. Segundo Ribeiro: Tais são os lavradores matutos de origem principalmente açoriana, que ocupam a faixa litorânea do Paraná para o sul; os representantes atuais dos antigos gaúchos da zona de campos da fronteira rio-platense e dos bolsões pastoris de Santa Catarina e do Paraná, e, finalmente, a formação gringo-brasileira dos descendentes de imigrantes europeus, que formam uma ilha na zona central, avançando sobre as duas outras áreas. A coexistência e a interação desses três complexos opera ativamente no sentido de homogeneizá-los, difundindo traços e costumes de um ao outro. A distância que medeia entre os respectivos patrimônios culturais e, sobretudo, entre seus sistemas de produção agrícola - a lavoura de modelo arcaico dos matutos, o pastoreio gaúcho e a pequena propriedade explorada intensivamente dos colonos gringos - funciona, porém, como fixadora de suas diferenças. Mesmo em face dos efeitos homogeneizadores da modernização decorrentes da

³⁷ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 269;

industrialização e da urbanização, cada um desses complexos tende a reagir de modo próprio, integrando-se com ritmos e modos diferenciados nas novas formas de produção e de vida, dando lugar a estilos distintos de participação na comunidade nacional. O Brasil sulino surge à civilização pela mão dos jesuítas espanhóis, que fazem florescer no atual território gaúcho de missões a principal expressão de sua república cristã-guaranítica. É certo que eles visavam objetivos próprios, claramente alternativos à civilização portuguesa e à espanhola. Mas, atuando a seu pesar como agentes da civilização, por seu êxito e por seu malogro, contribuíram para que aquelas alternativas se consolidassem.

Assim como os sertanejos, os gaúchos brasileiros, especializaram-se na exploração do gado, alçado e selvagem que se multiplicava sem controle nas margens do Rio da Prata.

Segundo Darcy Ribeiro ³⁸:

O gado que se multiplicara na banda oriental fora trazido principalmente pelos jesuítas. Era criado com o maior zelo por constituir um dos principais procedimentos de sedentarização dos indígenas que, contando com uma provisão regular de carne, podiam dedicar-se às lavouras e ao artesanato, independizando-se da caça e da pesca. Juntamente com o gado de outras origens, esse rebanho jesuítico, expandindo-se enormemente, viria a constituir o manancial aparentemente inesgotável das vacarias Del Mar em que tanto índios missioneiros quanto gente da outra ribeira do Prata, a Argentina, e mais tarde paulistas e portugueses viriam recolher gado. Os rebanhos prodigiosos passaram a ser acossados por uma população que vivia deles, tal como os índios da pradaria norte-americana viveram de seus búfalos. Inicialmente, todos tratavam o gado como uma caça maior e menos arisca. Mas, aos poucos, foram-se especializando à vida pastoril. Assim os índios da região acabaram por se fazerem cavaleiros e comedores de carne de rês. Mas continuavam hostilizando-se uns aos outros e fustigando também os missioneiros Guarani, os brancos e seus mestiços. Esses últimos constituíram o primeiro núcleo gaúcho ao passarem de caçadores de gado para alimento a traficantes de couro, devotando-se a partir daí a dizimar os rebanhos para aproveitar o courame. Somam-se, assim, três fatores na formação da matriz gaúcha. Primeiro, a existência do rebanho de ninguém sobre terra de ninguém; segundo, a especialização mercantil na sua exploração; terceiro, o grau de europeização de uma parcela mestiça desse contingente que a fazia carente de artigos de importação e capaz de estabelecer um sistema de intercâmbio para trocar couros por manufaturas (Ribeiro 1970).

Esse povo gaúcho, não se identificava com os espanhóis, nem com portugueses, nem com índios, mas sim, constituíam uma etnia nascente, aberta a recepção de índios destribalizados e de mestiços de brancos e índios desgarrados pelo seu povo pátrio.

³⁸ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 303;

O povo gaúcho, em sua origem e formação, era movido exclusivamente pela atividade pastoril, tendo destacável apego, em especial, pela unidade da língua, costumes em comum e vestimentas típicas, fato que salta aos olhos até os dias de hoje. Sobre isso, Darcy Ribeiro³⁹ diz que:

Tais eram: o chimarrão, o tabaco, a rede de dormir, a vestimenta peculiar caracterizada pelo xiripá e pelo poncho; as boleadeiras e laços de caça e de rodeio; as candeias de sebo para alumiar e toda a tralha de montaria e pastoreio feita de couro cru; a que se acrescentaram as carretas puxadas por bois, os hábitos de consumo do sal como tempero, da aguardente e do sabão e a utilização de artefatos de metal principalmente a faca de carnear, as pontas das lanças, as esporas e freios e uns poucos utensílios para ferver e para cozinhar.

O Brasil foi sendo construído culturalmente com uma realidade escravista em diversos sentidos. No início da formação do povo brasileiro, todas as formas de expansão, tanto territorial quanto cultural, foram impostas aos povos desprivilegiados de algum fator que lhes tornava vulnerável (Ex: Inteligência, armamento, conhecimentos de guerrilha) considerados oprimidos pelos povos com uma certa imposição, seja pela inteligência, como no caso das trocas feitas pelos índios com os povos europeus, seja pela força, como no caso dos escravos africanos trazidos para, basicamente trabalharem em prol dos senhores dos engenhos açucareiros.

Como já dito, nunca houve a preocupação efetiva de que existisse a construção efetiva de um povo, onde existissem trabalhadores formando comunidades que seriam auto-suficientes, ou seja, com produção autônoma e desenvolvimento cultural independente. Existia um sistema social que, até hoje expurga algumas culturas, não recepcionando estas da maneira que poderiam ser aproveitadas e, somadas as predominantes, como no caso da educação em relação a utilização somente dos saberes científicos no ambiente acadêmico.

Darcy Ribeiro⁴⁰, sustenta exemplificadamente que:

Alcançam-se, assim, paradoxalmente, condições ideais para a transfiguração étnica pela desindianização forçada dos índios e pela desaficanização do negro, que, despojados de sua identidade, se vêem condenados a inventar uma nova etnicidade englobadora de todos eles.

³⁹ RIBEIRO, Darcy. **Op. Cit.** página 307;

⁴⁰ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – Editora Global, 3ª Ed. 2015;. página 327;

Assim é que se foi fundindo uma crescente massa humana que perdera a cara: eram ex-índios desíndianizados, e sobretudo mestiços, mulheres negras e índias, muitíssimas, com uns pouquíssimos brancos europeus que nelas se multiplicaram prodigiosamente. O núcleo luso, formado por muito poucos portugueses que aqui entraram no primeiro século, e por mulheres mais raras ainda, que aqui vieram ter, olhando a todos os mais desde a altura do seu preconceito de reinóis, da força das suas armas, operacionava sua espoliação econômica, querendo impor a todos sua fôrma étnica e sua cara civilizatória. Ocorre, surpreendentemente, que esse povo nascente, em lugar de uma Lusitânia de ultramar, se configura como um povo em si, que luta desde então para tomar consciência de si mesmo e realizar suas potencialidades. Essa massa de mulatos e caboclos, lusitanizados pela língua portuguesa que falavam, pela visão do mundo, foram plasmando a etnia brasileira e promovendo, simultaneamente, sua integração, na forma de um Estado-Nação. Estava já maduro quando recebe grandes contingentes de imigrantes europeus e japoneses, o que possibilitou ir assimilando todos eles na condição de brasileiros genéricos. Alguns, sobretudo japoneses, guardando marcas físicas indisfarçáveis de suas origens, têm, em consequência, certa resistência à plena assimilação ou ao reconhecimento dela quando já está plenamente cumprida. Não deixam nunca de ser nisseis, porque trazem isso na cara. Outros imigrantes, como os italianos, os alemães, os espanhóis, apesar de brancarrões e de portarem nomes enrolados, foram mais facilmente assimilados, sendo sua condição de brasileiros plenamente aceita. Alguns até exacerbam, como o caso do general Geisel, brasileiro de primeira geração, que nunca entendeu por que os índios, aqui há tantos séculos, teimam em não ser brasileiros. Os árabes são os imigrantes mais exitosos, integrando-se rapidamente na vida brasileira, participando das instituições políticas e alcançando posições de governo. Até esquecem de onde vieram e de sua vida miserável em seus países de origem. Cegos para o fato de que seu êxito se explica, em grande parte, pelo desgarramento que faz com que eles vejam e atuem sobre a sociedade local armados de preconceitos e incapazes de qualquer solidariedade, desligados de qualquer lealdade, de obrigações familiares e sociais, para só se concentrarem no esforço de enricar. A atitude desses imigrantes é freqüentemente de desprezo e incompreensão. Sua tendência é considerar que os brasileiros pobres são responsáveis por sua pobreza e de que o fator racial é que afunda na miséria os descendentes dos índios e dos negros. Afirmam até que a religião católica e a língua portuguesa contribuíram para o subdesenvolvimento brasileiro. Ignoram que aqui chegaram a partir de crises que os tornaram excedentes, descartáveis, da mão-de-obra de suas pátrias, e que aqui encontraram um imenso país já aberto, de fronteiras fixadas, regendo autonomamente seu destino. Afortunadamente nenhum desses contingentes tem consistência suficiente para se apresentar como uma etnia disputante ao domínio da sociedade global, ou pretendentes a uma autonomia de destino.

Desde a sua formação, até os dias atuais, nenhum grupo destacou supremacia quanto aos demais, poderia ser dito que, nos dias de hoje, grupos socialmente marginalizados, ainda buscam seu espaço e voz ativa na sociedade brasileira.

Segundo as escritoras e historiadoras Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling⁴¹:

Desde que o “Brazil” é Brasil, desde que inventou para si um sentido próprio e autônomo como nação, a história do país vem se afirmando, também, como uma longa narrativa e lutas, violência, reivindicação de autonomia e igualdade, busca por direitos e construção da cidadania. Essa história é a um só tempo comum e diferente, e nada tem de evolucionária, no sentido de aglutinar de modo crescente, progressivo e previsível uma série de fatos e dados. De um lado, se parece com as demais trajetórias dos países modernos, ao articular o legado das lutas por direitos individuais característica dos séculos XVII, XVIII e XIX com a reivindicação de direitos coletivos típica do século XX e a percepção de novos direitos que não mais referem a indivíduos ou grupos sociais específicos – o direito a um meio ambiente equilibrado ou ao patrimônio cultural da nação. Mas persistem nessa trajetória algumas singularidades. Basta lembrar a clara concentração nas lutas por direitos sociais em detrimento dos direitos políticos, sobretudo os civis. O país só adota uma agenda de direitos civis – que inclui a fundação de movimentos sociais negros, feministas, ambientalistas, LGBT, entre outros – nos anos 1970, e mesmo assim de maneira tímida. O exercício de determinados direitos não leva mecanicamente à conquista de outros. No entanto, sem a garantia dos direitos civis cujo princípio normativo é a liberdade individual e sem o entendimento de que pessoas obrigadas a obedecer às leis devem ter igual direito, a despeito das diferenças que houver entre elas, a noção de cidadania não tem como ser exercida contemporaneamente de forma plena. Direitos nunca chegaram de uma vez por todas, Nossa percepção sobre eles muda sempre, e sua base de definição se desloca constantemente – até mesmo como reação e expectativa ao que já se materializou num dado momento da nossa vida pública. Não há pois, como desvincular essa constante e incompleta luta por incorporação de direitos e construção de cidadania no Brasil dos próprios caminhos da história do país. Uma colônia marcada por uma dualidade básica – composta de grandes proprietários de terra de um lado, e escravos de outro. Uma nação que se torna independente, em 1822, tendo como líder um monarca, num continente de clara vocação histórica republicana: éramos uma monarquia cercada de republicas por todos os lados. Um país cuja primeira constituição foi outorgada pelo chefe de Estado, um imperador, em 1824, e que, apesar de sua pretensão liberal – permitindo o direito de voto de libertos, por exemplo -, levou a uma alta concentração nas mãos do imperador, assim, como abriu Mao de discutir o tema do fim da escravidão.

Essa pluralidade de etnias e culturas influenciaram de maneira fundamental a formação do povo brasileiro, onde desde sua formação, se mostrou presente a tentativa de supremacia do opressor para com o oprimido.

Entende o autor que a presente pesquisa, apesar de superficial, tendo em vista os diversos anos da história do povo brasileiro, se mostra de fundamental importância para entendermos como chegamos em uma sociedade, que apesar de imensamente rica, se mostra irredutível em acolher mudanças sociais, tal como a

⁴¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz E STARLING, Heloisa Murgel, **BRASIL, uma biografia**. Editora Companhia das letras, 2009 7ª Edição, página 500;

supremacia na utilização do saber científico para com os saberes populares nos ambientes de ensino.

Nota-se que, com o desenvolvimento social e o surgimento de novas manifestações, o acolhimento dos saberes populares, levando em conta a interculturalidade presente no ambiente de ensino brasileiro, pode se mostrar uma maneira de tornarmos todos os ambientes de aprendizado mais acolhedores, esquecendo os aspectos históricos que eram geridos pela imposição da supremacia de um em relação ao outro.

CAPÍTULO II – PENSANDO A EDUCAÇÃO

II.1 O Que É Conhecimento?

Poderíamos iniciar a apresentação com um trecho de uma obra de Mario Osório Marques⁴² que diz que:

coçar e comer é só começar. Conversar e escrever também. Na fala, antes de iniciar, mesmo uma livre conversação, é necessário quebrar o gelo. Em nossa civilização apressada, o "bom dia", o "boa tarde, como vai?" já não funcionam para engatar conversa. Qualquer assunto servindo, fala-se do tempo ou de futebol. No escrever também poderia ser assim, e deveria haver para a escrita algo como a conversa vadia, com que se divaga até encontrar assunto para um discurso encadeado. Mas, à diferença da conversa falada, nos ensinaram a escrever e na lamentável forma de uma mecânica que supunha texto prévio, mensagem já elaborada. Escrevia-se o que antes se pensara. Agora entendo o contrário: escrever para pensar, uma outra forma de conversar.

Tentando “quebrar o gelo”, como diria Mario Osório Marques, antes de adentrarmos ao tema principal, entendo importante conceituarmos a palavra conhecimento. Segundo o dicionário MICHAELIS⁴³, conhecimento é a ato ou efeito de conhecer; é o ato de conhecer por meio da razão e/ou da experiência; é o Processo pelo qual se adquire um saber intelectual.

Segundo a Wikipédia, Conhecimento é a incorporação de um conceito novo sobre um fato ou um fenômeno. **Conhecimento** (do latim cognoscere, "ato de conhecer") é o ato ou efeito de conhecer. Como, por exemplo: conhecimento das leis; conhecimento de um fato; conhecimento de um documento; termo de recibo ou nota em que se declara o aceite de um produto ou serviço; saber, instrução ou cabedal científico (homem com grande conhecimento); informação ou noção adquiridas pelo estudo ou pela experiência; consciência de si mesmo.⁴⁴

No conhecimento temos dois elementos básicos: o sujeito (cognoscente) e o objeto (cognoscível). O cognoscente é o indivíduo capaz de adquirir conhecimento

⁴² Marques, Mario Osório; **Escrever é preciso**, 5ªEd. P15

⁴³ **Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**, Editora Melhoramentos, Edição 1, Ano de 2004;

⁴⁴ Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/conhecimento> ; acessado em 09/08/2017 às 23:17;

ou o indivíduo que possui a capacidade de conhecer. O cognoscível é o que se pode conhecer.

O tema "conhecimento" inclui, mas não está limitado a descrições, hipóteses, conceitos, teorias, princípios e procedimentos que são úteis ou verdadeiros. O estudo do conhecimento é a gnoseologia, epistemologia⁴⁵ ou ainda teoria do conhecimento.

Atualmente existem vários conceitos para esta palavra e é de ampla compreensão que conhecimento é aquilo que se sabe de algo ou alguém. Isso em um conceito menos específico.

O conhecimento pode ser aprendido como um processo ou como um produto. Quando nos referimos a uma acumulação de teorias, ideias e conceitos o conhecimento surge como um produto resultante dessas aprendizagens, mas como todo produto é indissociável de um processo, podemos então olhar o conhecimento como uma atividade intelectual através da qual é feita a apreensão de algo exterior à pessoa.

A definição clássica de conhecimento, originada em Platão, diz que este consiste numa crença verdadeira e justificada. Aristóteles divide o conhecimento em três áreas: científica, prática e técnica.

A fenomenologia (método que permite descrever na sua pureza os fenômenos presentes à consciência, com o objetivo de determinar a sua estrutura, a sua essência) explica o fenômeno de um modo simples considerando o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível.

Existe, inicialmente, um sujeito e um objeto diferentes um do outro, sendo que estes partilham uma relação – o conhecimento. Este sujeito apenas é sujeito para este objeto e este objeto apenas é objeto para este sujeito, estes estão ligados por uma estreita relação, condicionando-se reciprocamente (correlação).

A relação entre sujeito e objeto, embora interrelacionadas, é dupla mas não reversível, isto é, os papéis de sujeito e objeto não são intermutáveis, a sua função é, portanto, diferente.

Nesta relação a função do sujeito é apreender sobre o objeto e a do objeto é a de ser apreendido pelo sujeito. Para que o sujeito possa conhecer, este tem que se transcender, entrando na esfera do objeto, onde capta as características do

⁴⁵ (do grego ἐπιστήμη [*episteme*]: conhecimento científico, ciência; λόγος [*logos*]: discurso, estudo de

objeto e as faz entrar na sua própria esfera, a subjetividade. O sujeito apenas tem noção do que apreendeu quando reentra em si. O sujeito sai, portanto, deste processo, modificado, dado que com ele traz apenas uma representação mental – imagem – do objeto, em tudo igual ao objeto em si.

O conhecimento é um fenômeno que ocorre na mente humana remetendo-se à subjetividade. Por outro lado, como a representação do objeto é uma imagem mental, corre na mente de cada um, sendo influenciada por diferentes condicionantes. Pode-se, deste modo, propor, em vez de uma oposição entre sujeito e objeto, uma relação entre estes, inserida num contexto específico, como por exemplo, o educar, que, nas palavras de Humberto Maturana⁴⁶:

O educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro...O educar ocorre, portanto, todo o tempo de maneira recíproca. Ocorre como uma transformação estrutural contingente com uma história no conviver, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver da comunidade em que vivem. A educação como "sistema educacional" configura um mundo, e os educandos confirmam em seu viver o mundo que viveram em sua educação. Os educadores, por sua vez, confirmam o mundo que viveram ao ser educados no educar.

De que maneiras o sujeito cognoscente apreende o real? Geralmente consideramos o conhecimento como um ato da razão, pelo qual encadeamos ideias e juízos, para chegar a uma conclusão. Essas etapas compõem o nosso raciocínio. No entanto, conhecemos o real também pela intuição. Vejamos a diferença entre intuição e conhecimento discursivo.

A intuição (do latim *intuitio*, do verbo *intueor*, "olhar atentamente", "observar". Intuição é, portanto, uma "visão", uma percepção sem conceito) é um conhecimento imediato - alcançado sem intermediários -, um tipo de pensamento direto, uma visão súbita. Por isso é inexprimível: Como poderíamos explicar em palavras a sensação do vermelho? Ou a intensidade do meu amor ou ódio? É também um tipo de conhecimento impossível de ser provado ou demonstrado. No entanto, a intuição é importante por possibilitar a invenção, a descoberta, os grandes saltos do saber humano.

Quanto aos tipos de saberes, podemos destacar o sensorial que é o obtido por nossas experiências sensitivas e fisiológicas (tato, visão, olfato, audição e

⁴⁶ MATURANA, H. R.; BLOCH, S. *Biología del emocionar y alba emoting*. Santiago: Dolmen Ediciones, 1998.

paladar), o intelectual, um raciocínio mais elaborado do que a mera comunicação entre corpo e ambiente. O popular que é a forma de conhecimento do tradicional (hereditário), da cultura, do senso comum, sem compromisso com uma apuração ou análise metodológica.

Não pressupõe reflexão, é uma forma de apreensão passiva, acrítica e que, além de subjetiva, é superficial. Ainda, podemos citar o científico que não se contenta com explicações sem provas concretas; seus alicerces estão na metodologia e na racionalidade.

Entendo que a presente reflexão, apesar de breve, será justificável e de grande valia para a formação do entendimento da matéria que estou discorrendo na presente dissertação de mestrado, pois este, como um trabalho acadêmico, trata de conhecimento científico e, indo ao encontro, o que se busca é a valoração do saber popular e sua utilização, alavancado pela intercultura no ambiente acadêmico.

Uma das maiores invenções da humanidade foi a escrita, pois vejamos. Pensando no alfabeto ou abecedário, que é uma das inúmeras formas de escritas onde cada grafema corresponde a um fonema que é uma unidade sonora de uma língua que formam as palavras. A palavra é de origem grega (alphabets), através do latim (alphabetum), constituída pelas duas primeiras letras do alfabeto grego (alfa e beta, correspondentes às nossas letras A e B, respectivamente), e significa um conjunto de letras usadas para escrever.

A escrita, assim como a maioria das invenções, surgiu pela necessidade naturalmente imposta com o passar do tempo. Inicialmente, os homens precisavam de um recurso para controlar quantos animais possuíam, a quantia de alimento que necessitavam para dar-lhes de comer e quanto seus dependentes necessitavam.

Mais tarde, surgiram novas necessidades, tais como o registro dos dias do ano e, posteriormente, para registros históricos como guerras, tratados, proclamações dos governantes, contratos interpessoas e novas necessidades foram surgindo.

No início não era necessário que todas as pessoas dominassem a escrita, mas com o passar do tempo, mais precisamente no final do século XVIII, ocorreram mudanças sociais drásticas, onde a revolução industrial e seus avanços tecnológicos diminuem as pequenas oficinas e dão lugar a produtos fabricados em

massa, acabando com a classe de artesãos e trabalhadores rurais e dando lugar a uma classe de operários, que eram explorados até o fim da vida.

Numa tentativa de melhorar a situação e o perfil da população, no final do século XIX, é instaurada a escolaridade obrigatória e é a partir deste momento que o domínio da escrita passa a ser sinônimo de sucesso. Até o final do século XIX e início do século XX, a sociedade possuía uma hierarquia social bem definida, e o não conhecimento da escrita pelas pessoas (analfabetismo) não era considerado uma deficiência, pois todos podiam ter acesso a ofícios que permitiam que a pessoa tivesse uma vida bem sucedida gerando conforto para si e suas famílias, sem saber ler e escrever.

Nos dias de hoje o não conhecimento da leitura e da escrita (analfabetismo) é sinônimo de fracasso escolar e, conseqüentemente, do fracasso do indivíduo como ser social, uma vez que nos padrões da sociedade atual é somente através da escolaridade que a pessoa poderá vir a “ser alguém” ou seja, ter acesso a cultura, dinheiro, poder e felicidade. Nesse sentido, MORTATTI⁴⁷:

Em nosso país, desde o final do século XIX, especialmente com a Proclamação da República, a educação ganhou destaque como uma das utopias da modernidade. A escola, por sua vez, consolidou-se como lugar necessariamente institucionalizado para o preparo das novas gerações, com vistas a atender aos ideais do Estado Republicano, pautado na necessidade de instauração de uma nova ordem política e social; e a universalização da escola assumiu importante papel como instrumento de modernização e progresso do Estado-Nação, como principal propulsora do esclarecimento das massas letradas. No âmbito desses ideais republicanos, saber ler e escrever se tornou instrumento privilegiado de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo de modernização e desenvolvimento social. A leitura e a escrita – que até então eram práticas culturais; cuja aprendizagem se encontrava restrita a poucos e ocorria por meio de transmissão assistemática de seus rudimentos no âmbito privado do lar, ou de maneira menos informal, mas ainda precária, nas poucas “escolas” do império (“Aulas régias”) – tornaram-se fundamentos da escola obrigatória, LEIGA E GRATUITA E OBJETO de ensino e aprendizagem escolarizados. Caracterizando-se como tecnicamente ensináveis, as práticas de leitura e escrita passaram, assim, a ser submetidas a ensino organizado, sistemático e internacional, demandando, para isso, a preparação de profissionais especializados.

⁴⁷ MORTATTI, M. do R.L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Conferência proferida no seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da secretaria de educação básica do ministério da educação, realizada em Brasília, DF, em 27/04/2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf, acessado em 17/11/2017;

Atualmente o alfabeto na língua portuguesa é formado por 26 letras, das quais incrivelmente conseguimos escrever qualquer palavra, expressar ideias, transmitir pensamentos, nos trazendo inúmeras possibilidades de expressão e demonstrando que a evolução social, no tocante ao letramento, se deu de maneira natural e atualmente absoluta em todos os sistemas de ensino.

O que se busca com este breve aparato histórico é sustentar que a transmissão do conhecimento, impreterivelmente, será feita pelo conhecimento científico, porém, não podemos deixar de adequá-lo, de moldá-lo de acordo com os ditos conhecimentos populares que estão diretamente presentes no ambiente de ensino que está inserido.

Brandão, em sua obra *O que é método Paulo Freire*⁴⁸, sustenta que:

o contato inicial e direto que estabelecemos com a comunidade é durante a pesquisa do universo vocabular – etapa realizada no campo e que é a primeira do sistema Paulo Freire de Educação de Adultos... Não é uma pesquisa de alto rigor científico, não vamos testar nenhuma hipótese. Trata-se de uma pesquisa simples que tem como objetivo imediato a obtenção dos vocábulos mais usados pela população a se alfabetizar.

E como realizar esta árdua tarefa? Antecipando, entendo que a formação de professores é um exercício que deve ocorrer de forma permanente, uma vez que a prática em sala de aula, entendida como metodologia utilizada pelo professor, não pode estar distante da realidade vivenciada pelos alunos nas comunidades em que residem, no seu dia a dia. Assim, a eficiência no aprendizado, esta cada vez mais ligada ao sentimento de acolhimento e pertencimento do aluno no ambiente escolar.

Acredito que a presente pesquisa, poderá ser considerada uma reflexão e irá defender que os saberes empíricos sejam utilizados na formação de professores, levando em conta a intercultura e respeitando, assim, as diferenças dos discentes.

Iniciando as abordagens sobre o tema proposto e tentando demonstrar a relevância da pesquisa no ramo da educação e como a pesquisa contribuirá na formação do professor, vamos iniciar dizendo que a sociedade está em constante modificação, uma vez que é constituída por homens e mulheres que se modificam e modificam o meio em que estão a todo momento e, em decorrência desta premissa, os fatores externos ao ambiente escolar devem ser sempre levados em consideração para que se consiga atingir a sociedade como um todo.

⁴⁸ BRANDÃO, C. R. *O que é método Paulo Freire*,. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, página 25;

Da mesma forma que a sociedade está em constante evolução, o ambiente escolar tem de se emoldurar no contexto social, porém, o educador deve estar atento para trabalhar os aspectos peculiares de cada indivíduo no seu ambiente social, o que pode ser resolvido, por exemplo, com uma simples pesquisa prática nos conhecimentos populares dos povos próximos ao local da prática do ensino, em qualquer que seja o nível.

A diversidade cultural do Brasil é algo que pode ser explicado pelas suas diversas matrizes formadoras, o que poderia ter resultado em uma sociedade multiétnica com povos que não se misturassem. Na prática, ocorreu o contrário, o resultado foi um povo que mescla conhecimentos e, na maioria das vezes, não excluem as práticas culturais minoritárias.

Esta vasta composição cultural, produziu conhecimentos próprios que em muitas oportunidades foram utilizadas e em outras menosprezadas na academia pelo simples fato de não terem embasamento científico, porém, entende-se que sua validação é de fundamental importância.

O ambiente de ensino deve estar sempre em constante evolução, devendo por vezes fazer parte da sociedade, do ambiente social que esta sendo posto em prática. A teoria e a prática, deve ser sempre alinhadas uma à outra. Como bem exemplifica Paulo Freire⁴⁹:

O ato de cozinhar, por exemplo, supõe alguns saberes concernentes ao uso do fogão, como acendê-lo, como equilibrar para mais, para menos, a chama, como lidar com certos riscos, mesmo remotos, de incêndio, como harmonizar os diferentes temperos numa síntese gostosa e atraente. A prática de cozinhar vai preparando o novato, ratificando alguns daqueles saberes, retificando outros, e vai possibilitando que ele vire cozinheiro. A prática de velejar coloca a necessidade de saberes fundantes como o do domínio do barco, das partes que o compõem e da função de cada uma delas, como o conhecimento dos ventos, de sua força, de sua direção, os ventos e as velas, a posição das velas, o papel do motor e da combinação entre motos e velas. Na prática de velejar se confirmam, se modificam ou se ampliam esses saberes.

Como no exemplificado por Paulo Freire, muitos saberes não são e não podem ser encontrados em livros ou tampouco podem ser explicados em manuais, somente serão encontrados com a prática. Como em muitas atividades, tais como a culinária, os mais diversos esportes, a dança, dentre outros, somente um manual

⁴⁹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido – saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e Terra, 54ª Edição, Rio de Janeiro/São Paulo. 2016. Página 23;

nunca será capaz de trazer o ensinamento mais rico, qual seja o aprendizado com a prática.

Como escrever ou delimitar o método mais acolhedor de ensinar uma criança a andar de bicicleta? Ou como ensinar um cozinheiro a temperar determinado prato típico? Como ensinar um atleta olímpico a equilibrar-se após um salto? Como ensinar um professor a transmitir seus conhecimentos a um aluno que muitas vezes é leigo em determinada matéria?

O professor deve instigar a vontade do aluno em aprender, seja em área de seu interesse ou não, melhorando o nível de conhecimento do aluno em diversas áreas para que consiga, quando necessário e lhe for oportuno, aflorar determinada área de interesse.

Paulo Freire⁵⁰ explica a arte de educar, evidenciando que diante da existência de diferenças entre o educador e o educando, caberá ao primeiro não apenas exteriorizar seu conhecimento técnico, ensinando, mas também, e no mesmo ato, aprender, veja-se:

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

A cultura popular se mostra implicitamente inserida no enredo social do discente, porém, o que se busca pesquisar é a necessidade, bem como a importância da presença no saber do docente dos conhecimentos populares, ultrapassando a barreira do cientificamente comprovado, chegando com mais receptividade ao discente.

Torna-se cada vez mais evidente que as estratégias de ensino devem estar voltadas para a valorização de atividades de aprendizagem vinculadas com a experiência de vida dos alunos, pois, além de enriquecedoras, facilitam a aprendizagem, integrando-o ao ambiente de estudo.

Ao mesmo tempo, poderá o professor relacionar as diferentes vivências de cada aluno de forma dinâmica, possibilitando uma nova interpenetração cultural a

⁵⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. página. 12;

partir daqueles grupos. É preciso que o educador não apenas respeite, mas também entenda a realidade do educando⁵¹:

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos 'conhecimentos de experiência feitos' com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola.

Rousseau considerava que a vida em sociedade torna mais evidente as diferenças e as habilidades de cada indivíduo. Há que se ressaltar também que isso não ocorre apenas na internalização de cada país, mas, também, nas relações internacionais país-país.

Em sintonia com o conceito de habilidade-tarefa traçado por Rosseau, que propõe que na vida em sociedade as tarefas sejam divididas com a habilidade de cada indivíduo, Boaventura, traça relação entre saberes-objetivos.

Boaventura de Sousa Santos⁵², enfatiza em entrevista a ideia da ecologia dos saberes, onde sustenta que todos os saberes são incompletos, uns saberes são melhores que outros para seus objetivos, outros para outros objetivos, como costuma dizer se eu quero ir a lua, preciso dos saberes científicos, se quero conhecer a biodiversidade da Amazônia, preciso do conhecimentos das populações indígenas ou das populações ribeirinhas, portanto, para diferentes objetivos preciso de diferentes conhecimentos.

Conforme afirma Boaventura De Sousa Santos⁵³, em capítulo escrito e publicado no livro *Epistemologias do Sul*:

Em muitas áreas da vida social, a ciência moderna tem demonstrado uma superioridade indiscutível em relação a outras formas de conhecimento. Existem, no entanto, outras formas de intervenção no real que hoje nos são valiosas e para as quais a ciência moderna nada contribuiu. É o caso, por exemplo, da preservação da biodiversidade tornada possível por formas de conhecimento camponesas e indígenas que, paradoxalmente, se encontram hoje ameaçadas pela intervenção crescente da ciência moderna (Santos, Meneses e Nunes, 2005) E não deverá espantar-nos a riqueza de conhecimentos que conseguiram preservar modos de vida, universos

⁵¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. página 37;

⁵² SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

⁵³ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op.Cit. página 57;

simbólicos e informações vitais para a sobrevivência em ambientes hostis com base exclusivamente na tradição oral? Dirá algo sobre a ciência de facto de que através dela tal nunca teria sido possível? Aqui reside o impulso para a copresença igualitária (como simultaneidade e contemporaneidade), e para a incompletude.

Indiscutível a necessidade de investimento na formação de professores, para superar as teses que limitem o aprendizado com o que é fornecido pelo professor a partir de obras literárias, mas sim que se promova um diálogo intercultural entre o conhecimento próprio dos alunos e de suas comunidades valorizando os saberes populares no processo de educação.

Entendo que se mostra necessário, portanto, a desestruturação do sistema homogeneizado que orienta os currículos escolares e a formação dos professores, bem como, do pensamento cristalizado vigente em nossa sociedade monocultural. É necessário que sejam recepcionados todos os fatores externos promovendo um estudo heterogêneo baseado na interculturalidade, que valorize a diversidade de saberes, a multiplicidade das formas de pesquisa, tanto do docente quanto do discente.

A presença da intercultura nas salas de aula é de suma importância para que se consiga chegar em uma sociedade com menos injustiças, com menos discriminação, pois pensando na base de formação do aluno, seja ele de ensino fundamental, médio ou superior, a aceitação social das diversidades étnicas e culturais, restará facilmente inserida em toda a sociedade.

A intercultura, nessa esteira, surge como contribuição à construção de um diálogo dinâmico entre diferentes culturas, sem que haja a sobreposição de uma sobre a outra, ou mesmo, a classificação de quem é melhor ou pior, se é que esse conceito possa existir. Não se trata também de mera curiosidade sobre diferentes culturas, mas sim, do reconhecimento e legitimação da diferença como algo positivo, permitindo, inclusive, a interpenetração cultural entre grupos distintos. Para Fleuri⁵⁴:

A estratégia intercultural consiste antes de tudo em promover a relação entre as pessoas, enquanto membros de sociedades históricas, caracterizadas culturalmente de modo muito variado, nas quais são sujeitos ativos.

⁵⁴ Fleuri, Reinaldo Matias. **Desafios à educação intercultural no Brasil**. Educação, Sociedade e Culturas, nº16, 2001. página. 53;

Compreendo que a interculturalidade pode ser considerada, portanto, como uma forma de intervenção na sociedade que enfatiza a relação entre diferentes culturas, sem que haja a sobreposição de uma em relação à outra, mas sim, na construção de novas configurações e práticas culturais a partir do diálogo. A intercultural se traduz em um “estar com o outro” e “dialogar com o outro”, e “trocar com o outro”.

Nesse cenário de ideias visando a promoção de um melhor sistema de ensino, devemos observar a influencia de cada pessoa na sociedade e seus reflexos no sistema de ensino. Não se pode, de maneira alguma, tentar sobrepor a ideia de uma teoria sobre outra, jamais se pode desprezar o diferente, jamais se pode não ouvir uma ideia.

Assim, visando o desenvolvimento das partes envolvidas no processo de ensino, podemos destacar alguns dos mais importantes elementos para desenvolvimento positivo da relação existente entre professor e aluno, a interdisciplinaridade.

Dentro dessa idéia, destaco que a interdisciplinaridade, superficialmente, propõe novas relações entre as disciplinas, ampliando os espaços de intercâmbio dinâmico e experiências pedagógicas inovadoras e, entendo, que os saberes populares podem ser o ponto de partida para que essa aproximação ocorra.

II.2 Saber Popular

O ambiente da academia, por vezes, ignora a cultura, os conhecimentos da comunidade em que está inserido, tendo em vista que, somente valida o que é produzido por pesquisadores: o conhecimento científico. Esquece que o conhecimento é uma construção humana, pode falhar e é dinâmico. Segundo Corrêa e Brito⁵⁵:

os currículos das escolas brasileiras ignoram os saberes dos grupos marginalizados, desprezam a cultura e também propostas que utilizem esses saberes como ferramentas para o ensino de ciências. Constituem

⁵⁵ CORREO, E. M. & Brito, M. R. **Currículo, saberes e o ensino de ciências**. In *Anais do III Simpósio nacional de ensino de ciência e tecnologia*. Ponta Grossa: UFTPR. 2012;

“conhecimentos esquecidos, abandonados, subjugados por um conhecimento considerado superior e vivem à margem do que, modernamente, chamamos ciência” (Bastos, 2013, p. 6195).

A exemplo do citado acima, devemos lembrar que caso não sejam legitimados os saberes populares, inúmeras técnicas milenares não seriam repassadas de geração em geração, pois acabariam se perdendo com o surgimento de novas culturas. Para Feyerabend⁵⁶:

a voz dos leigos deve ser ouvida. Segundo o autor, os considerados leigos são dotados de conhecimentos igualmente importantes aos científicos. Exemplifica com o caso da acupuntura, saber milenar oriental que teve conhecimentos incorporados na medicina ocidental.

Podemos no presente momento, também, citar como exemplo as tradições inseridas na produção de medicamentos naturais, ou sobre o que o consumo de determinado animal implicará na saúde das pessoas, ou ainda, sobre quando se deve plantar determinada semente, sob pena de não florescer ou de não gerar frutos.

Tais conhecimentos, não eram descritos em manuais ou em livros, tampouco eram publicados em artigos acadêmicos ou simplesmente disponibilizados para leituras posteriores, eram e, ainda são repassadas em algumas localidades de geração em geração e sem qualquer registros.

Sobre o tema, Bastos⁵⁷:

as diferentes populações humanas apresentam um arsenal de conhecimentos sobre o ambiente que as cerca. Propriedades terapêuticas e medicinais de animais e plantas, a percepção dos fenômenos naturais, como as estações do ano, tempo para plantar e colher, classificação de animais e plantas, organização de calendários, dicionários, sazonalidade de animais e sua relação com aspectos da natureza são organizações que formam um cabedal de saberes que comumente são chamados de conhecimentos tradicionais.”

Dessa forma, Cada conhecimento é importante para algo, alguns conhecimentos são apropriados para determinados feitos e outros conhecimentos

⁵⁶ FEYERABEND, P. *Contra o método*. (2011). São Paulo. Editora UNESP.

⁵⁷ BASTOS, S. N. D. (2013). **Etnociências na sala de aula: uma possibilidade para aprendizagem significativa**. In Anais do II Congresso nacional de educação e II PARA ALÉM DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO 294 <http://www.eses.pt/interaccoes> Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e educação. Curitiba: PUC. Disponível em <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/viewFile/8738/6297> acessado em 05/09/2017as 13:08 página 6195;

são apropriados para outros. Daqui nasce a ampla importância da mescla dos saberes não letrados e o conhecimento científico.

Nesse sentido, Chassot ⁵⁸:

discute os currículos marginalizados, ou a história dos “sem história”, que denomina de “currículos proibidos”, que são os conhecimentos daqueles que estão à margem e, portanto, subjugados pela Academia, ou seja, seus conhecimentos não tem espaço em currículos arbitrários que seguem diretamente na direção de interesses de classes dominantes.

Acreditamos que os saberes populares devem ser considerados relevantes e ter sua devida importância dentro do ambiente de ensino, pois reforçando o exposto no presente trabalho, o saber do não letrado pode se constituir em alternativa essencial e humanizadora para que se alcance um cenário mais acolhedor no sistema de ensino. Nesse sentido, devem ser proporcionadas, sempre, que possível, políticas públicas com o objetivo de aprimorar esse modelo de prática educacional.

Entrelaçando conhecimentos conquistados a partir da experiência em anos de labuta e de vida, e considerando que a cultura de um indivíduo e de um grupo social, os saberes populares podem trazer grandes contribuições caso seja estabelecido um diálogo com os saberes científicos.

Sobre experiência, Jose Larrosa Bondia⁵⁹, diz que:

é, em espanhol, “o que nos passa”. Em português se diria que a experiência é “o que nos acontece”; em francês a experiência seria “ce que nous arrive”; em italiano, “quello che nos succede” ou “quello che nos accade”; em inglês, “that what is happening to us”; em alemão, “was mir passiert”. A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça.¹ Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara. Em primeiro lugar pelo excesso de informação. A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência. Por isso a ênfase contemporânea na informação, em estar informados, e toda a retórica destinada a constituirmos como sujeitos informantes e informados; a informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência. O sujeito da informação sabe muitas coisas, passa seu tempo buscando informação, o que mais o preocupa é não ter bastante informação; cada vez sabe mais, cada vez está melhor informado, porém, com essa obsessão pela informação e pelo saber (mas saber não no

⁵⁸ CHASSOT, A. **Para quem é útil o ensino**. Canoas: Editora Ulbra. 2004;

⁵⁹Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf> acessado em 19/06/2018;

sentido de “sabedoria”, mas no sentido de “estar informado”), o que consegue é que nada lhe aconteça.

Esse diálogo poderá ocasionar muitas determinações interessantes e novos caminhos para a educação, pois acredito que a utilização dos saberes populares é uma alternativa humanizadora, possibilitando levar em conta a subjetividade do discente, fazendo assim uma educação cidadã.

Entendo que os saberes populares, conhecimentos construídos pela experiência, sem estudo acadêmico, somente pela prática e tradição, sendo parte da cultura individual e coletiva, podem trazer inúmeras contribuições caso sejam utilizados entrelaçados com o saber científico. Não no sentido de melhor ou pior, mas contribuindo para um modelo mais acolhedor e intercultural de ensino.

Como bem afirma Paulo Freire⁶⁰ não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes” .

No que concerne a Educação, entendo que de maneira geral e em caráter amplo, existem inúmeras mudanças a serem realizadas, porém, penso que algumas situações podem ser trabalhadas em caráter regional, como, por exemplo, abordar a formação de professores utilizando a intercultura para valorar os saberes populares em todos os ambientes de ensino.

Sobre o atual cenário do Sistema Educacional Brasileiro, Couto⁶¹, sustenta que:

Atualmente, vivemos um paradoxo na educação, pois enquanto vemo-nos às voltas com questões globais, ao mesmo tempo, nos deparamos com uma ciência fragmentada em campos centrados em si, situação que está distante da atitude natural do ser humano que é contextualizar e globalizar. Assim, uma única forma para avançarmos com o trabalho interdisciplinar é transcender esta fragmentação das áreas do conhecimento e, para que isso se concretize, é necessário que haja uma mudança de atitude, permitindo que o indivíduo conheça os limites do seu saber para que ele consiga interagir com outras áreas de conhecimento.

Para que se consiga alcançar um processo de ensino intercultural, um dos instrumentos que deve sempre ser utilizado é a pesquisa. Em especial, entendo que deve-se atentar a pesquisa das práticas sociais aplicadas no ambiente do ensino e quanto ao tema ora abordado, em especial a validação destes saberes,

⁶⁰ FREIRE, Paulo. --- **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, página 68;

⁶¹ COUTO, R. M. S. **Fragmentação do conhecimento ou interdisciplinaridade: ainda um dilema contemporâneo?** Revista Faac, Bauru, v. 1, n. 1, 2011, página 11.

Mario Osório Marques⁶², trata sobre o tema, em um trecho do livro *Escrever é preciso* que:

Cumpra a pesquisa uma função construtivo-organizativa dos enunciados, correlacionando-os entre si na composição de um sistema de referenciamentos recíprocos, pelos quais se podem inserir em sistemas mais amplos. Só no complexo sistema de suas articulações e referências adquirem sentido os elementos singulares ou diversamente agrupados. O pesquisador é como o arquiteto que pensa a casa ao estilo de seus futuros moradores, e a pensa na correlação de seus aposentos e neles dos móveis, ao mesmo passo que cercada de jardins e ruas enquadradas no plano da cidade. Sabe o arquiteto que os moradores se hão de afeiçoar/modelar aos móveis e aos aposentos, à vizinhança e ao plano da cidade numa série de sistemas inclusivos. Nesse vai-e-vem do particular ao mais amplo e do incluído a seus incluídos importa retrabalhar o pesquisador a harmonia das partes em si mesmas e no todo, de forma que cada âmbito tenha suas próprias consistência e coerência adequadas à densidade da tessitura do texto todo. Num sistema de forças correlacionadas produz-se balanceio e reequilíbrio necessários a inteireza do inteiro processo. Dessa forma se trabalhe cada tópico até uma densidade desejável e se retrabalhem eles no interior de cada capítulo, para depois harmonizarem-se os capítulos entre si e na composição do inteiro sistema das citações transpostas ao contexto da pesquisa em sua globalidade. Disso resultam a unidade, congruência e consistência da obra da pesquisa e dela nessa lógica se arma a estrutura em que o sujeito assume sua dupla dimensão de assujeitado à sua obra e de responsável por ela, em seu caráter de criador/produzidor. Nesse caráter, ao final da pesquisa mais interessa o prazer da aventura humana do que os resultados alcançados.

A pesquisa é um processo criacionário, tendo em vista que toda a pesquisa é realizada por meio de uma interpretação, por meio da ótica subjetiva do pesquisador, por meio do seu crivo, pelo modo que sua pesquisa vai tomando seu rumo, vai deslizando para um ou para outro autor, querendo ou não, vai se adequando ao seu pensamento.

Normalmente, o objeto da pesquisa não vem ao encontro do pesquisador, o pesquisador vai ao encontro do objeto, talvez indicado pelo orientador, talvez criado internamente por um “instinto” ou por outros motivos. Para que a pesquisa saia do mundo imaginário precisa-se que seja realizada, em um primeiro momento uma organização de ideias e em um segundo momento a sua exteriorização, da maneira que o pesquisador entender pertinente.

A pesquisa, não só em educação, é de extrema valia para que se consiga trazer o novo, deixando bem claro que não se trata de algo melhor ou pior, mas simplesmente novo, diferente do antigo, tendo em vista que sob uma nova ótica. A

⁶²MARQUES, Mario Osório; *Escrever é preciso*, 5ªEd. Página 118;

pesquisa é extremamente necessária para que consigamos desenvolver profissionais mais hábeis, conseguindo assim soluções mais efetivas para os problemas, para que consigamos desenvolvermo-nos de uma maneira linear.

Os saberes tradicionais dizem respeito a todos os dados/informações que uma pessoa acumula ao longo do tempo em determinada localidade sobre algum assunto. Estes saberes, normalmente são repassados as próximas gerações, podendo, para tanto, ser perpetuado através da grafia ou por meio da tradição, ou seja, pelo simples ato de transmitir sem muita formalidade.

Esse processo de transmitir e receber conhecimento, é conceituado por Humberto Maturana como sendo o educar. Ele não se limita a dizer que o educar está ligado diretamente ao típico método de ensino, estando sim, ligado ao processo que ocorre fora das salas de aula.

Humberto Maturana na obra emoções e linguagens na educação e na política, nos diz que p.29:

O educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência. O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca. Ocorre como uma transformação estrutural contingente com uma história no conviver, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver da comunidade em que vivem. A educação como “sistema educacional” CONFIGURA UM MUNDO, E os educandos confirmam em seu viver o mundo que viveram em sua educação. Os educadores, por sua vez, confirmam o mundo que viveram ao ser educados no educar.

Os saberes populares são transmitidos de geração para geração por meio de uma educação sem formalidades, como dito, baseada na prática social dos mais sábios que por meio da experiência, adquiriram conhecimentos que serão perpetuados pela imitação dos outros. Dickmann e Dickmann⁶³ afirmam que:

o saber popular é entendido como aquele adquirido nas lutas, que não está escrito nos livros, aquele que é fruto das várias experiências vividas e convividas em tempos e espaços diversos na história do povo”. Para Chassot (2006, p.207), o saber popular é “aquele que detém, socialmente, o menor prestígio, isto é, o que resiste a menos códigos” e acrescenta que, “aliás, popular pode significar vulgar, trivial, plebeu. Talvez devêssemos recordar que este saber popular, em algum tempo, foi/é/será um saber científico.

⁶³ DICKMANN, I. & Dickmann, I. **Primeiras palavras em Paulo Freire**. Passo Fundo: Battistel. 2008, página 70;

Desses vários conceitos podemos depreender que a valorização dos conhecimentos tradicionais e populares de um determinado é de fundamental importância, pois, além de resgatarem os saberes quase esquecidos no tempo, proporcionam também o fortalecimento e a difusão destes conhecimentos para a sociedade.

Vale citar uma passagem de Chassot⁶⁴, na qual o autor resgata tais saberes e técnicas utilizadas por pessoas simples, mas que possuem um valor inestimável:

[...] o pescador solitário, que encontramos em silenciosas meditações, sabendo onde e quando deve jogar a tarrafa, também tem saberes importantes. A lavadeira, que sabe escolher a água para os lavados, tem os segredos para remover manchas mais renitentes ou conhece as melhores horas de sol para o coaro. A parteira, que os anos tornaram doutora, conhece a influencia da lua nos nascimentos e também o chá que acalmara as cólicas do recém nascido. A benzedeira não apenas faz rezas mágicas que afastam o mau-olhado, ela conhece chás para curar o cobreiro, que o dermatologista diagnostica como herpes-zoster. O explorador de águas, que indica o local propício para se abrir um poço ante o vergar de sua forquilha de pessegueiro, tem conhecimentos de hidrologia que não podem ser simplesmente rejeitados.

Existem definições e considerações distintas sobre os saberes populares. Para Marconi e Lakatos⁶⁵, o conhecimento vulgar ou popular é *“geralmente típico de camponês, transmitido de geração para geração por meio da educação informal e baseado em imitação e experiência pessoal”*.

Já, segundo Dickmann e Dickmann⁶⁶, na obra que trata do memorável Paulo Freire:

O saber popular é entendido como aquele adquirido nas lutas, que não está escrito nos livros, aquele que é fruto das várias experiências vividas e convividas em tempos e espaços diversos na história do povo.

A pratica da experiência pode ser interpretada como a mais forte materialização da utilização do saber popular, tendo em vista que o saber popular,

⁶⁴ CHASSOT, A. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. 4ª ed. Ijuí: Unijuí, 2006, página 221;

⁶⁵ MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. Página 75;

⁶⁶ DICKMANN, I. & Dickmann, I. **Primeiras palavras em Paulo Freire**. Passo Fundo: Battistel. 2008, página 70;

que no caso não está escrito em livros, é a maneira mais adequada, até então descoberta, de realizar determinada tarefa em determinado local.

Carlos Rodrigues Brandão⁶⁷, sustenta a importância do diálogo da "gente do povo" pensando nestes como criadores, autores e atores de formas e sistemas de práticas, saberes, sentidos, significados, sensibilidades e sociabilidades diferentes do até então utilizado, o científico. Em trecho que entendo merecer destaque, sustenta que:

a) Qualquer pessoa, quem quer que seja, é uma fonte original e insubstituível de seu próprio saber; b) assim sendo, qualquer analfabeto-alfabetizando é um sujeito do seu próprio saber, um saber diverso, mas não inferior ao de seu alfabetizador; c) Portanto o dialogo torna-se não um método didático de trabalho pedagógico, mas a própria substancia interativa de todos os momentos do acontecer da educação; e ele é, também, a sua principal finalidade: dialogamos para aprender a alargar, com o outro, os horizontes de nossa capacidade de sermos seres-de-diálogos; d) de igual maneira, qualquer cultura criada e vivida por todo e qualquer grupo humano entre indígenas e acadêmicos, é também uma experiência única, inquestionavelmente válida e de um valor cognitivo não hierarquicamente comparável com outros sistemas de saber e de ordenação de saberes como uma modalidade de cultura. E) Educar, ensinar, é partilhar situações de reciprocidades e inter-trocas de saberes. É partilhar de momentos e contextos culturais motivadas à criação solidária de saberes, sentidos, significados, sensibilidades e sociabilidades. Um processo de ações recíprocas "onde ninguém educa ninguém, mas também ninguém se educa sozinho"...

Podemos citar, por exemplo, as técnicas de caça das populações indígenas, ou as técnicas de pesca das populações ribeirinhas. Se pode, da mesma maneira, enxergar a importância da descoberta da utilidade de inúmeras plantas na medicina antiga. Como saber que determinada planta possui propriedades cicatrizantes ou como saber que determinada planta possui efeitos calmante sobre as pessoas.

Na obra escrita pelo professor Attico Chassot⁶⁸, ele define o saber popular dizendo que é:

Aquele que detém, socialmente, o menor prestígio, isto é, o que resiste a menos códigos" e acrescenta que, "aliás, popular pode significar vulgar, trivial, plebeu. Talvez devêssemos recordar que este saber popular, em algum tempo, foi/é/será um saber científico". Desses vários conceitos

⁶⁷ Artigo – Educação popular antes e agora, publicado na revista do centro de educação e letras, Campus Foz do Iguaçu Volume 15, 2013, página 10;.

⁶⁸ CHASSOT, --- *Alfabetização científica: questões e desafios para a educação*. 5 ed. Ijuí: Unijuí. 2006, página 207;

podemos depreender que a valorização dos conhecimentos tradicionais e populares de um determinado grupo é muito importante, pois, além de resgatarem os saberes quase esquecidos no tempo, proporcionam também o fortalecimento e a difusão destes conhecimentos para a sociedade.

No ambiente escolar, a interação desses saberes é de vital importância. Para Paulo Freire⁶⁹ :

o diálogo na educação escolar é capaz de transformar os participantes em pessoas críticas, reflexivas e independentes, na medida em que as diferenças entre os envolvidos são expostas, escutadas e respeitadas. Portanto, compactuamos com a ideia do autor de que, sendo assim, os educandos “[...] em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também”.

Como dito anteriormente, a utilização da intercultura para mesclar saberes populares e científicos é de extrema importância na formação docente. Ocorre que, também devemos observar o discente, que é parte diretamente interessada, oportunizando inclusive a formação de cidadãos mais críticos e inconformados com condutas repressoras. Nesse sentido, Brandão⁷⁰ sustenta que:

propõe que o diálogo deve acontecer nos momentos de tomada de decisão, quando toda a comunidade da escola precisa participar. Porém, o que se observa na quase totalidade das discussões em uma escola é que os alunos não estão nela envolvidos de maneira direta, quando o que se discute diz respeito a sua formação.

Ainda, sobre a conduta do docente e do discente como seres que deveriam dialogar, nada mais justo que ambos participem e envolverem-se nestas situações. Segundo Vasconcelos⁷¹ :

esta interação que o diálogo proporciona entre professores e alunos dentro da escola têm um papel importantíssimo, para o crescimento intelectual e preparação para a vida social dos alunos. Acreditamos que a escola necessita se voltar mais aos saberes do cotidiano, tradicionais e populares que fazem parte da vida e da cultura dos educandos. No entanto, na maioria das vezes a escola não reconhece tais saberes e acaba ignorando-os. Neste sentido, o diálogo se constitui

⁶⁹ FREIRE, Paulo. --- **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, página 80;

⁷⁰ BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo: Cortez, 2003.

⁷¹ VASCONCELOS, A. A. **A presença do diálogo na relação professor-aluno**. Anais, V Colóquio Internacional Paulo Freire, Recife. 2005.

de um instrumento fundamental para o reconhecimento e a valorização destes conhecimentos.

Nenhum saber ou conhecimento é melhor ou pior que outro. Os saberes por vezes se completam, se tornam mais fortes. Determinados saberes são utilizáveis em determinados objetivos. Visando diferentes objetivos, diferentes saberes são necessários.

CAPÍTULO III – FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O presente capítulo, abordará de maneira sucinta a formação de professores no Brasil. Para tanto, será tratado o presente capítulo com destaque à obra de Paulo Freire, tendo em vista sua relevância e vasta obra sobre o tema, sendo considerado o pedagogo com o maior número de referências na área voltada para a formação e prática docente, ou seja, é um clássico na área, como o próprio gosta de se considerar.

Conta, Mario Sergio Cortella⁷² que no ano de 1986, quando estava em uma Aula Inaugural do Curso de Pós-Graduação em Educação da PUC-SP, perguntou a Paulo Freire se ele se considerava um clássico, quando, de forma direta, obteve a seguinte resposta:

Sou um clássico, sim. Não porque subjetiva e presunçosamente deste modo me considere, mas porque, como clássico, sou considerado por todas aquelas e todos aqueles que encontram em minha obra um instrumento para enfrentar um clássico problema: A existência de opressores e oprimidos. Por isso enquanto esse problema persistir, quero continuar chateando, incomodando e fustigando os que, contemporâneos meus ou não, defendam a permanência das desigualdades.

Entendo ser cabível, antes de adentrar ao tema formação de professores, destacar que as inquietações aqui suscitadas, decorrem de leituras sobre o tema e da postura de quem escreve, como discente. Assim, a interpretação será distinta para cada leitor ou leitora, devendo cada um, acolher a mensagem final com uma compreensão distinta, que, com certeza, levará em consideração toda sua trajetória acadêmica até a leitura do presente texto.

Uma das citações de Paulo Freire, diz que o Formando, assumo-se como sujeito da produção do saber, convencendo-se de que ensinar não é meramente transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção, ou a sua construção⁷³.

⁷² FREIRE, Ana Maria Araujo (Org.) **Pedagogia da Libertação em Paulo Freire**; Artigo Paulo Freire Um clássico, por Mario Sergio Cortella, Editora Paz e Terra, 2017, 2ª Edição – página 185;

⁷³ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. página. 24;

Segundo Paulo Freire ⁷⁴ a formação deve ser permanente e deve partir começando a:

Aceitar que o formador é o sujeito em relação a quem me considero o objeto, que ele é o sujeito que me forma e eu, o objeto por ele formado, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos – conteúdos – acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto do meu formador.

O aluno, deve ser considerado um ser em formação, não somente passivo, mas também ativo, passivo no sentido de receber conhecimento e ativo no sentido de querer receber o conhecimento, elemento essencial para que a formação docente alcance um modelo mais acolhedor de ensino.

Também, a educação tem de tomar partido pelo oprimido, sempre questionando e redefinindo a prática docente autoritária, defendendo a educação como instrumento libertário, onde os sujeitos, docente e discente, se descobrem e constroem algo em comunhão.

Paulo Freire ⁷⁵ afirma que:

É preciso que pelo contrario, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forme e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador da forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado.

O professor, deve sempre legitimar e acolher o aluno no ambiente de ensino, lhe dando voz e mantendo um discurso coerente e acolhedor, não sendo autoritário e simplesmente impositivo. Deve sempre, dar voz a quem é ensinado, propondo um dialogo intercultural entre o que cada parte, educando e educado, pode contribuir naquela relação.

Reforçando o acima dito, Paulo Freire ⁷⁶ sustenta que:

Não há pensar certo fora de uma pratica testemunhal que o re-diz em lugar de desdizê-lo. Não é possível ao professor pensar que pensa certo mas ao mesmo tempo perguntar ao aluno se “sabe com quem está falando”. O clima de quem pensa certo é o de quem busca seriamente a segurança na

⁷⁴ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. página. 25;

⁷⁵ FREIRE, Paulo. **Op. Cit.** página. 25;

⁷⁶ FREIRE, Paulo. **Op. Cit.** página. 36;

argumentação, é o de quem, discordando do seu oponente, não tem por que contra ele ou contra ela nutrir seu oponente, não tem por que contra ele ou contra ela nutrir uma raia desmedida, bem maior, as vezes, do que a razão mesma da discordância. Ma dessas pessoas desmedidamente raivosas proibiu certa vez uma estudante que trabalhada uma dissertação sobre alfabetização e cidadania que me lesse. “Já era”, disse com ares de quem trata com rigor a neutralidade de o objeto, que era eu. “qualquer Leitura que você faça deste senhor pode prejudica - lá.” Não é assim que se pensa certo nem é assim que se ensina certo. Faz parte do pensar certo o gosto da generosidade que, não negando a quem o tem direito à raica, a distingue da raivosidade irrefreada.

Nenhum ambiente de ensino pode estar sujeito a imposições, sejam elas sociais, políticas ou pior ainda, literárias, sob pena de o ensino tornar-se fator que, ao invés de cumprir seu papel acolhedor, tornar-se opressor de idéias libertarias, principalmente de quem aprende. Todo e qualquer saber, deve ser respeitado e por vezes até exaltado, como os saberes dos não letrados, por exemplo.

Ensinar exige reflexão crítica, afirmava Paulo Freire, ou seja, a pratica docente critica, envolve pensamento dinâmico, dialético entre o fazer e o pensar sobre educar. Ensinar Não é simplesmente transferir conhecimentos, até mesmo porque, o receber conhecimento carece de emoções. Nesse sentido, Freire⁷⁷ nos ensina que:

Por isso é que na formação permanente de professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a pratica. É pensando criticamente a pratica de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima pratica. O próprio discurso teórico, necessário À reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a pratica. O seu “distanciamento epistemológico” da pratica enquanto objeto de sua análise deve dela “aproximá-lo” ao Maximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganha da pratica em análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de por que estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me , no caso do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica. Não é possível a assunção que o sujeito faz de si numa certa forma de estar sendo sem a disponibilidade para mudar. Para mudar e de cujo processo se faz necessariamente sujeito também. Seria, porém, exagero idealista afirmar que a assunção por exemplo, e que fumar ameaça minha vida já significaria deixar de fumar. Mas deixar de fumar passa, em algum sentido, pela assunção do risco que corro ao fumar. Por outro lado, a assunção se vai fazendo cada vez mais assunção na medida em que ela engendra novas opções, por isso mesmo em que ela provoca ruptura, decisão e novos compromissos. Quando assumo o mal ou os males que o cigarro me pode causar, me movo no sentido de evitar os males. Decido, rompo, opto. Mas é na pratica de não fumar que a assunção do risco que corro por fumar se concretiza materialmente. Me parece que há ainda um elemento fundamenta na assunção de que falo: o emocional. Além do conhecimento do que tenho do mal que o fumo me faz, tenho agora, na assunção que dele faço, legitima raiva do fumo. E tenho também

⁷⁷ FREIRE, Paulo. **Op. Cit.** página. 40;

a alegria de ter tido a raiva que, no fundo, ajudou que eu continuasse no mundo por mais tempo. Esta errada a educação que não reconhece justa raiva, na raiva que protesta contra as injustiças, contra a deslealdade, contra o desamor, contra a exploração e a violência um papel altamente formador. O que a raiva não pode é, perdendo os limites que a confirmam, perder-se em raivosidade que corre sempre o risco de se alongar em odiosidade.

É necessário que o processo educativo e de produção de saberes, entre pessoas que comungam de objetivos e identidades, mediados por práticas organizativas e discursivas em que todos são sujeitos do processo, sempre legitimados na função que exerçam.

Após essa breve abordagem sobre o tema, formação de professores, notório fica a idéia de que o processo de ensinar é o mesmo do aprender, ambos estão interligados e jamais podem ser separados. Um não é e nunca poderá ser ato unilateral de alguém que ensina, pois quem ensina, ensina algo à alguém e quem aprende, aprende algo de alguém.

Os conhecimentos não podem ser desligados da realidade de quem aprende, o professor, tem de trabalhar sua didática, seus exemplos, com as coisas que fazem parte da vida de quem aprende, para que, se encontrando nas experiências trazidas pelo seu mestre, pensem juntos e construam, o acolhimento necessária para cada pessoa na relação de ensino, sendo possibilitadores de alavancar novos conhecimentos que para eles sejam instrumento de mudança, de inclusão e de novas sociabilidades.

CAPÍTULO V – INTERCULTURA

Defendo que, como em qualquer outra dimensão da vida social, não existem problemáticas à espera de alguém que possa solucioná-las. Um problema só passa a existir, concretamente, quando o elegemos como tal. Em educação isto não é diferente. Não existe uma crise na educação brasileira esperando, pacientemente, que a “descubramos”. Devemos, sim, inventar essa problemática e, com isso, colocar realmente em questão nossas pedagogias, bem como as práticas educativas delas decorrentes. Só assim poderemos avançar do lugar em que nos encontramos há décadas. Barcelos, Valdo. P.124, uma educação nos trópicos.

As culturas presentes em nossa sociedade são as mais diversas possíveis e com o passar do tempo, as características intrínsecas a cada indivíduo ou a um grupo de indivíduos, vão se sobrepondo a outras ou agregando valores, trazendo para sua rotina, características que anteriormente não lhes pertencia. Tal movimento pode ser derivado da soma dessas novas relações estabelecidas cotidianamente, podendo ser consideradas uma evolução, regressão ou uma mescla que resulta no conhecido processo de globalização.

Na academia, o desaparecimento ou sobreposição de saberes populares torna-se mais difícil, uma vez que a transmissão de conhecimentos não decorre da simples tradição, mas, sim, de registros acadêmicos, tais como artigos, manuscritos ou obras acadêmicas em geral.

Pensando ainda em um contexto acadêmico, as universidades precisam legitimar os saberes populares para que estes não sejam perdidos e para que se consiga compreender a importância da utilização da cultura⁷⁸ local e dos saberes populares no processo de ensino de modo que se consiga desenvolver um modelo de ensino que atenda as necessidades locais, conseguindo assim, de maneira mais dialógica a integração entre educando aluno e do professor.

Devido ao tamanho do Brasil, alguns povos foram, de certa forma, isolados pela sociedade. Cada região acabou, com o passar dos tempos, desenvolvendo culturas e hábitos próprios. Com o crescimento populacional, a facilidade de

⁷⁸ Para o antropólogo Clifford Geertz, cultura não se pode definir em parágrafos, é algo que não se pode definir, é algo que deve ser percebido, cultura não é localizável, cultura é uma grande fábrica, um mecanismo de criação;

deslocamento entre as diferentes regiões que antes eram isoladas, algumas culturas se miscigenaram e acabaram tornando-se predominantes.

Contextualizando com os dias de hoje, o professor Paulo freire ⁷⁹ traz exemplo sobre a contextualização dos saberes que por vezes não são validados e que poderiam contribuir dialogicamente para engrandecer o ambiente acolhedor que se busca:

Difícilmente um empresário moderno, concordaria com que seja direito de “seu” operário, por exemplo, discutir durante o processo de sua alfabetização ou no desenvolvimento de algum curso de aperfeiçoamento técnico, esta mesma ideologia a que me venho referindo. Discutir, suponhamos, a afirmação: “o desemprego do mundo é uma fatalidade do fim deste século”. E por que fazer a reforma araria não é também ma fatalidade?e por que acabar com a fome e com a miséria não são igualmente fatalidades de que não se pode fugir?é reacionária a afirmação a qual o que interessa aos operários é alcançar o máximo de sua eficácia técnica e não perder tempo com debates “ideológicos” que a nada levam. O operário precisa inventar, a partir do próprio trabalho, a sua cidadania, que não se constrói apenas com sua eficácia técnica, mas também com a sua luta política em favor da recriação da sociedade injusta, a ceder seu lugar a outra menos injusta e mais humana. Naturalmente, reinsisto, o empresário moderno aceita, estimula e patrocina o treino técnico de “seu” operário. O que ele necessariamente recusa é a sua formação que, envolvendo o saber técnico e científico indispensável, fala de sua presença no mundo. Presença humana, presença ética, aviltada toda vez que transformada em pura sombra.

Infelizmente, a sobreposição das práticas e hábitos mais usuais em detrimento dos conhecimentos locais ainda ocorre. Ocorre, quando, um professor ao invés de utilizar-se de novos hábitos, por exemplo, alguma tecnologia, opta por utilizar velhos hábitos acadêmicos como reiteradas vezes já fez em suas vida profissional, ou, dentro do tema proposto, utiliza um tema totalmente inaplicável aqueles docentes a quem se comunica.

Paulo Freire⁸⁰, aduz brilhantemente que:

Partindo que a experiência da miséria é uma violência e não a expressão da preguiça popular o fruto da mestiçagem ou da vontade punitiva de Deus, violência contra que devemos lutar, tenho, enquanto educador, de me ir tornando cada vez mais competente, sem o que a luta perderá a eficácia. É o que eu saber de que falei – mudar é difícil, mas é possível -, que me empurra esperançoso à ação, não é suficiente para a eficácia necessária que aqui me referi. Movendo-me enquanto nele fundados, preciso ter e renovar saberes específicos em cujo campo minha curiosidade se inquieta e

⁷⁹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. página. 99;

⁸⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. página. 78;

minha prática se baseia. Como alfabetizar sem conhecimentos precisos sobre aquisição da linguagem, sobre linguagem em biologia, sobre técnicas e métodos do ensino da leitura e da escrita? Por outro lado, Como trabalhar, não importa em que campo, no da alfabetização, no da produção econômica em projetos cooperativos, no da evangelização ou no da saúde, sem ir conhecendo as manhas com que os grupos humanos produzem sua própria sobrevivência? Como educador preciso ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior do que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão da sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chama leitura do mundo que precede sempre a leitura da palavra. Se, de um lado, não posso me adaptar ou me “converter” ao saber ingênuo dos grupos populares, de outro, não posso, se realmente progressista, impor-lhes arrogantemente o meu saber como verdadeiro. O diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social como experiência igualmente social de seus membros vai revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados, vão mostrando sua “incompetência” para explicar os fatos.

A intercultura, surge nesse cenário para criar movimento de diálogo e não de incorporação, ou seja, sob a perspectiva intercultural não se irá sobrepor ou desqualificar conhecimentos, o que se busca é justamente o contrário, é trazer à baila conhecimentos que dialoguem entre si e consigam aprimorar o sistema de ensino.

A educação intercultural, nada mais é que uma educação entre culturas, sendo que, ambas, apesar de distintas, se completam, desde que haja respeito a cultura do outro, desde que as partes que se fazem presente na relação educativa, respeitem suas diferenças.

A diversidade cultural, faz cada vez mais, a necessidade de comunicação entre as diferentes culturas, ser pensada e repensada, a medida que nos deparamos com conflitos e interações sociais cada vez mais complexos. Entretanto, entendo não se tratar única e exclusivamente de reconhecer as culturas distintas, mas sim, de como recepcioná-las no mesmo ambiente, de como, respeitado suas diferenças, não inferiorizá-las.

Em varias regiões do país, esta é uma questão que vem sendo levada a sério e deve ser considerada como processo de diálogo, comunicação entre pessoas ou grupos pertencentes a culturas diferentes que ao promoverem esta mescla, superam preconceitos e geram novidades no sistema de ensino.

Para FLEURI (2001, p. 53)⁸¹

A estratégia intercultural consiste antes de tudo em promover a relação entre as pessoas, enquanto membros de sociedade históricas, caracterizadas culturalmente de modo muito variado, nas quais são sujeitos ativos

A interculturalidade deve ser considerada, portanto, como uma maneira de intervenção social que leva em conta as diferentes culturas, sem deixar que uma se sobreponha as outras, mas sim, construa algo dialogicamente. A intercultural se traduz em um “estar com o outro” e “dialogar com o outro”, e “trocar com o outro”.

A perspectiva intercultural, portanto, não pode negar a diferenças, mas sim, no reconhecê-las, localizar e enfrentar os conflitos sociais daí resultantes e com esses fatores promover a negociação cultural através do diálogo. Para Silva e Zanon⁸²

a escola deve ser o local de mediação entre a teoria e prática, o ideal e o real, o científico e o cotidiano. Assim, não deve priorizar currículos unificados e universais, mas levar em conta aspectos regionais e se aproximar da comunidade onde está inserida.

Nesse cenário, podemos dizer que a contextualização no ensino se apresenta como uma possibilidade de atuar como uma ponte entre a teoria e a prática, entre o sujeito e o objeto. Além do mais, a contextualização surge como recurso para retirar o aluno de uma posição passiva no processo de ensino e aprendizagem, buscando uma posição dialógica-crítica no ambiente de ensino.

O dialogo entre as diferentes culturas, entre as diferentes pluralidades de maneiras de viver, entre o que cada pessoa faz no seu dia-a-dia, deve miscigenar-se formando a realidade brasileira originada pelo aspecto intercultural tratado no capítulo a formação do povo brasileiro elaborado sob a ótica de Darcy Ribeiro.

Há décadas são discutidas as mesmas mazelas na educação brasileira projetando-se soluções que já demonstraram que não irão resolver a crise, que há

⁸¹ FLEURI, Reinaldo Matias. **Desafios à educação intercultural no Brasil**. Educação, Sociedade e Culturas, nº16, 2001. pág. 53.

⁸² Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2782/286> acesso em 05/09/2017 as 12:35;

muito tempo também já se afirmou como condição (e não crise)⁸³; como visto, estes alunos trazem consigo novos conhecimentos, que devem ser valorados, e promovendo o diálogo intercultural desses saberes, o científico e o popular, importará em um benefício não apenas para o aluno – que será efetivamente integrado à instituição, mas também beneficiará na busca por soluções para a educação.

BARCELOS⁸⁴ afirma que, “*não raro, buscamos longe algo que pode estar muito próximo de nós*”, referindo-se ao hábito de nós brasileiros em buscarmos soluções para os problemas que nos deparamos na prática de outros países, através de uma efetiva cópia, que nem sempre – ou quase nunca, é apropriada à nossa situação. Trata-se de conduta que foge do enfrentamento do problema e não legitima o conhecimento local.

Nesse ínterim, temos também que destacar que a educação é um processo contínuo que sempre deve ser adaptado às mudanças sociais no local onde deve ser recepcionado. Nesse sentido, Humberto Maturana⁸⁵:

Não podemos adotar uma solução única para todos os sujeitos, desconsiderando as diferenças, dificuldades e peculiaridades individuais. A denominada justiça social exige que todos possam ter os mesmos objetivos, as mesmas ambições, sendo incumbência do Estado proporcionar condições adequadas e específicas para que cada um possa alcançá-las em condição de igualdade.

Com a mudança do paradigma igualitário, passa-se à conscientização da riqueza (inter)cultural, de experiências e vivências que estes alunos trazem consigo para a escola, em conformidade com o que ensina ARROYO⁸⁶ (2012, pág. 13):

Os coletivos populares trazem para as teorias e práticas educativas que osensem produzidos nessas relações políticas de dominação/subalternização/opressão desde crianças e adolescentes. Que

⁸³ Sobre a repisada não crise da educação brasileira, segundo BARCELOS (2013, pág. 11), “Se fosse uma crise já teria passado, já deveria ter sido resolvida. Superada. Algo que se prolongue e se estenda por tanto tempo, como o cenário que estamos vivendo na educação, não pode ser denominado crise.

Crise é algo que se resolve dentro de certo limite temporal, não sendo muito extenso. Senão, o que ocorre é uma catástrofe destrutiva total. Resumindo: a crise é sempre passageira. Portanto, está explicado porque defendo que não podemos dizer que a educação brasileira está vivendo apenas um momento de adversidade”

⁸⁴ BARCELOS, Valdo. **Uma educação nos trópicos: contribuições da Antropofagia Cultural Brasileira**. Petrópolis, RS. Vozes, 2013. pág. 37.

⁸⁵ MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**, página 29;

⁸⁶ ARROYO, Miguel. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

não esqueçam que a partir da colonização vêm sendo submetidas a relações desiguais de poder/saber/dominação, que foram submetidos á destruição de seus modos de pensar, de pensar-se, de destruição de suas culturas, identidades, memórias, que não foram reconhecidos produtores da história da produção intelectual e cultural. Como ignorar esses brutais processos a que foram submetidos como coletivos ao chegarem às escolas e aos programas de educação popular? Como desconstruir essas perversas pedagogias de subalternização? Sem desconstruí-las será possível avançar nos processos de aprendizagem? Como resultam ingênuas tantas didáticas de aprendizagem que não levem em conta os brutais processos de subalternização que os educandos carregam às escolas e aos programas de educação popular.

Infelizmente, pouco se faz no sentido de efetivamente legitimar as partes envolvidas no ambiente pedagógico como titulares legítimos deste espaço e com a mesma valoração, professores e alunos que, caso tragam suas experiências poderão vir a contribuir com suas diferenças, minimizando a distancia entre aluno e professor.

Vale refletir que a realidade vivenciada pelo aluno tem de ser legitimada. Mais do que isso, a escola que não reconhece como legítima a história do aluno, acaba por excluí-lo do processo educativo. Permanece vigente o ordenamento de aprendizado recíproco⁸⁷:

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem á saúde das gentes. (FREIRE, 2002, p. 16)

As estratégias de ensino voltadas para a valorização de atividades do aprender ligadas a experiência dos alunos, se torna cada vez mais importante, pois, além de facilitarem a aprendizagem, integrando-o ao ambiente de estudo. Legitimando as diferentes vivências de cada aluno, será possível, interpretar o que cada grupo necessita. É preciso que o educador não apenas respeite, mas também entenda a realidade do educando⁸⁸:

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos 'conhecimentos de experiência feitos' com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola. (FREIRE, 2002, p. 37-38)

⁸⁷ FREIRE. Ibid. Op. Cit. pág. 16.

⁸⁸ FREIRE. Ibid. Op. Cit. pág. 37-38.

A legitimação dos saberes populares no ambiente de ensino, é, sem dúvida, uma aproximação entre pessoas, professor e aluno, que possuem, na maioria das vezes, origens culturais e étnicas distintas. Nesta mesma perspectiva é importante o que nos propõe ARROYO⁸⁹ (2000, pág. 48) ao afirmar que:

Os professores devem ser capazes de trabalhar em ambientes escolares que possam tornar-se centros de conhecimento coletivo e de solidariedade. Devem estar preparados para compreender a importância de um discurso democrático e as contradições da diversidade cultural.

A intercultura, surgirá na presente dissertação, tendo como premissa a diversidade cultural do mundo e o reconhecimento da existência da pluralidade de saberes, para que se consiga trazer ao ambiente de ensino um diálogo visando a construção de algo novo.

⁸⁹ ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre – Imagens e auto-imagens. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000. pág. 35.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não sou afeito a posturas pessimistas, catastróficas e nem sou adepto de saudosismos do tipo: no meu tempo a educação era melhor, antigamente os alunos estudavam mais e eram disciplinados, os professores eram respeitados, os mestres eram referencia na sociedade etc. No entanto, tomar conhecimento do que esta se passando com a educação brasileira é um primeiro passo para avançarmos do lugar em que nos encontramos. É quebrar a inercia a que estamos prisioneiros há décadas... Alguns dirão: é pouco. Outros tantos dirão: é tarde demais. Porém, como alguém já disse, por mais longa que possa se apresentar a jornada, ela só será vendida se dermos o primeiro passo. Barcelos, Valdo⁹⁰.

Sendo o Brasil composto por diversas culturas, culturas estas que produzem conhecimentos próprios, os quais, por muitas vezes não são validados e utilizados pela academia nos seus processos pedagógicos, pelo simples fato de não serem comprovados cientificamente, se mostra de suma importância a proposição de mecanismos de inserção, valorização e implementação dos saberes populares nos currículos escolares e, em especial, na formação dos professores.

Isso, porque, a escola não pode ser um ambiente isolado que não observa os fatores externos, uma vez que também é parte desta sociedade, sob pena de restar inócua no resultado que busca, ao menos em um primeiro momento e em caráter regional. A interação do aluno e do professor deve sempre ser considerada principio basilar do ensino, pois caso não seja, não formará cidadãos que se insiram em alguma função social no local que se encontram.

A teoria e a prática tem de ser trabalhadas dialogicamente, o que por muitas vezes é ignorado. As práticas em sala de aula priorizam, por vezes, conhecimentos fora de contexto, como, por exemplo, a simples “memorização” de uma fórmula, não oportunizando ao discente a compreensão do que lhes é ensinado.

O Professor deve sempre fomentar a vontade do aluno em aprender, seja na área de seu interesse ou não, melhorando o desempenho dos alunos uniformemente e não em uma área especifica, pois o processo de ensinagem é como se fosse uma corrente com vários elos onde cada elo apoia o outro.

⁹⁰ BARCELOS, Valdo. Uma educação nos trópicos.

Nesse viés, é necessário que a base seja trabalhada. Tal frase causa a ideia de que as series iniciais devem ser melhor atendidas? Não! O que se busca dizer é que o profissional deve ser melhor formado. A formação de professores tem que ser trabalhada também sob a ótica da intercultura, observando os saberes populares, os conceitos sociais estabelecidos entre as pessoas, para que se consiga alcançar um sistema mais acolhedor de ensino com novas práticas pedagógicas que levem em conta as diferenças culturais e as identidades sociais.

A formação dos professores deve passar por um ponto basilar muito importante para que vá sendo lapidado, aperfeiçoado, qual seja a necessidade de conhecimento da cultura do local em que está inserida e a vivência dos diferentes alunos. Ainda, sua formação deve ser pautada pela prática heterogênea de pensamentos e práticas docentes para que se atente às mais diversas maneiras de realização do ensino.

O presente trabalho, reitera manifestações no sentido de que, quando se pensa em educação, levando em conta a diversidade cultural e étnica no ambiente escolar, o ambiente de ensino se tornará mais acolhedor e, portanto, tal premissa deve ser observada desde o processo de formação de professores propondo um diálogo intercultural neste ambiente.

Os três pilares desta dissertação de mestrado, são, os saberes populares, a formação de professores e a intercultura. Apesar de terem conceitos distintos, e, em uma primeira análise não dialogarem, suas ligações afloram nas linhas escritas na presente dissertação.

Em um primeiro lugar, realizando um estudo sobre os temas que aqui tratei, entendi que todos eles interagem, ou poderiam/deveriam interagir entre si. Observei que os saberes populares devem estar presentes no desenvolvimento da prática da formação de professores e da mesma maneira, esta diretamente ligado ao diálogo intercultural aqui proposto.

Da mesma forma, a formação de professores pode/deve, utilizando a intercultura, alavancar e dar a ênfase que merece a utilização dos saberes populares em todos os ambientes de ensino, desde a formação inicial aos graus mais avançados de estudo.

Por derradeiro, a intercultura deve ser considerada a ferramenta que possibilita o acolhimento dos saberes populares na formação de professores,

visando transformar todo e qualquer ambiente de ensino/aprendizagem em um local com mais receptividade, tanto de quem ensina aprendendo, quanto de quem aprende ensinando.

Nesse sentido, Freire⁹¹, destaca que:

é esta percepção do homem e da mulher como seres “programados, mas para aprender” e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos. Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura racionalista. Nem tampouco jamais compreendi a prática educativa como uma experiência a que faltasse o rigor em que se gera a necessária disciplina intelectual. Estou convencido, porém, de que a rigorosidade, a seria disciplina intelectual, o exercício da curiosidade epistemológica não me fazem necessariamente um ser mal-amado, arrogante, cheio de mim mesmo. Ou em outras palavras, não é a arrogância intelectual a que fala de minha rigorosidade científica. Nem a arrogância é sinal de competência, nem a competência é causa de arrogância. Não nego a competência, por outro lado, de certos arrogantes, mas lamento neles a ausência de cumplicidade que, não diminuindo em nada seu saber, os faria gente melhor. Gente mais gente.

Espera-se ter alcançado o objetivo proposto com a presente dissertação, qual seja a organização e identificação por meio de um estudo bibliográfico, da origem e formação das diferentes culturas que compõe o povo brasileiro destacando as diferentes culturas e a importância de serem recepcionadas nas bases metodológicas de trabalho dos professores, pela proposição de um diálogo intercultural, com a construção e organização de conhecimentos, que demonstraram a importância da valorização da utilização dos saberes populares para a formação de professores.

⁹¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. página. 142;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A Cabeça do Brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ARROYO, Miguel G. **Imagens Quebradas: Trajetórias e Tempos de Alunos e Mestres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

--- **Ofício de Mestre – Imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

--- **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BARCELOS, Valdo. **Avaliação na educação de jovens e adultos: uma proposta solidária e cooperativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

--- **Uma educação nos trópicos, contribuições da antropofagia cultural brasileira** – Editora Vozes, 2013,

--- **Educação Ambiental – sobre metodologias, princípios e atitudes**. Petrópolis, VOZES, 2008.

--- **Formação de Professores para Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro. VOZES, 2006.

--- **Uma educação nos trópicos: contribuições da Antropofagia Cultural Brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARCELOS, Valdo (Org.); ANTUNES, Helenise Sangoi (Org.). **Alfabetização, Letramento e Leitura: territórios formativos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

BARCELOS, Valdo(org.) MADERS, sandra(org.). **Educação e Intercultura – descolonização dos saberes**. Editora Caxias, 1ª Edição. 2016;

BARCELOS, Valdo(org.) MADERS, sandra(org.). **Humberto Maturana e a Educação: educar no amor e na liberdade**. Editora Edunisc, 1ª Edição. 2015;

BARCELOS, Valdo(org.) MADERS, sandra(org.) PASINI, giovani(org.). **Cenas e cenários interculturais – pensando epistemologias a partir do sul**. Editora Caxias, 1ª Edição. 2016;

BEZERRA, José Arimatea Barros (Org.); Oliveira, Catarina Farias de (Org.) Ribeiro, Rosa Maria Barros (Org.) **Saberes populares e Práticas Educativas**, 1ª Edição – Editora UFC – 2014;

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BORTOLOTTI, José Carlos Kraemer (Org.); AMARO, Luciane Drago (Org.). **Temas contemporâneos de direito**. Passo Fundo: Méritos, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2000.

CANCLINI, Néstor García. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
--- **Diferentes, Desiguales y Desconectados: Mapas de la Interculturalidad**. Barcelona (ESP): Gedisa, 2008.

--- **Extranjeros en la tecnologia y en la Cultura**. Buenos Aires: Ariel, 2009.

--- **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CARDELLI, Jorge; DUHALDE, Miguel; MAFFEI, Laura. **Educação para o Século XXI**. São Paulo: Instituto Polis, 2003.

CECCHETTI, Elcio (Org.); POZZER, Adecir (Org.). **Educação e Diversidade Cultural: tensões, desafios e perspectivas**. Blumenau: EDIFURB, 2014.

Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa. In Procuradoria Geral da República, 2007. Disponível em: <https://www.safernet.org.br/drupal/sites/default/files/Racismo.pdf> Acesso em: 15/09/2014.

Constituição Federal Brasileira de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 25/10/2013.

COSTA, Marisa Cristina Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos II – outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 15/09/2014.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa Qualitativa em Educação**. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

FIGUEIREDO, João Batista de Albuquerque (Org.); SILVA, Maria Eleni Henrique da (Org.). **Formação Humana e Dialogicidade III: Encantos que se Encontram nos Diálogos que Acompanham Freire**. Fortaleza: UFC, 2012.

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Educação intercultural: mediações necessárias.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

--- **Desafios à educação intercultural no Brasil.** Educação, Sociedade e Culturas, nº16, 2001.

--- **Intercultura e Educação.** Revista Brasileira de Educação-ANPEd. Editores Associados, Campinas-SP. N.23, 2003.

--- **Intercultura e Movimentos Sociais.** Florianópolis. NUP-UFSC, 1998.

FRASER, N. **Redistribución, reconocimiento y participación: hacia un concepto integrado de la justicia.** In: Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Informe mundial sobre la cultura: 2000-2001.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

--- **Educação como praticada liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

--- **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

--- **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

--- **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

--- **Pedagogia da Solidariedade.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

--- **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

--- **Pedagogia da Tolerância**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Ana Maria Araujo Freire(Org) **Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. Editora Paz e Terra, 2017.

GAMBOA, S.S. **PESQUISA EDUCACIONAL: quantidade-qualidade**. São Paulo. CORTEZ, 1995.

GAUTHIER, J. Sociopoética - **Uma pesquisa em Educação**. Florianópolis. UFSC, 1998.

LARA, Angela M. de Barros (Org.); DEITOS, Roberto Antonio (Org.). **Políticas Educacionais: um exame de proposições e reformas educacionais**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2012.

LUNA, S.V. **O falso conflito entre tendências metodológicas**. In: FAZENDA, I. (Orga.) **METODOLOGIA DA PESQUISA EDUCACIONAL**. São Paulo. CORTEZ, 1989.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATURANA. Humberto. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MELO, Mônica. **O Princípio da Igualdade à Luz das Ações Afirmativas: o Enfoque da Discriminação Positiva**. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, ano 6, n.º 25, 1998.

MÉNDES, José Mario Méndez. **Educação Intercultural e Justiça Cultural**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2009.

MENEZES, Paulo Lucena de. **A ação afirmativa (Affirmative action) no direito norte-americano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MORTATTI, M. do R.L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Conferencia proferida no seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da secretaria de educação básica do ministério da educação, realizada em Brasília, DF, em 27/04/2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf;

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro. HUCITEC-ABRASCO, 1989.

--- **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PAIXÃO, Marcia Eliane Leindcker da(org.) Educação Ambiental: Escolas sustentáveis e com-vida. Editora Caxias, 1ª Edição. 2016;

PASINI, giovani(org.) BARCELOS, Valdo(org.) MADERS, sandra(org.). **Cultura e identidade dos povos dos pampas**. Editora Caxias, 1ª Edição. 2016;

PEREIRA, Vilmar Alves (Org.); DIAS, José Roberto de Lima (Org.); ALVARENGA, Bruna Telmo. (Org.) **Educação popular e a pedagogia da contramarcha**. Passo Fundo, RS: Méritos, 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

PIANGERS, marcos, **O papai é pop**, Editora Belas letras, 1ª Edição, 2016;

PORTELLA, Janaína Leite (Org.); ENGELMANN, João Gilberto (Org.); BORTOLOTTI, José Carlos Kraemer (Org.). **Direito Constitucional: e a ratificação dos direitos fundamentais**. Passo Fundo: Méritos, 2012.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil – Editora Global, 3ª Ed. 2015;

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **Ação Afirmativa – O conteúdo Democrático do Princípio da Igualdade Jurídica**. in Revista Trimestral de Direito Público n.º 15/85.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. Trad. Lourdes Santos Machado. Coleção: Os Pensamentos. São Paulo: Nova Cultura, 2000.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 8ª Edição, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SARMENTO, Daniel. **Livre e Iguais: Estudos de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2011.

--- **A gramática do tempo para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

--- **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

--- **Descolonizar El Saber, Reinventar El Poder**. Montevideo: Trilce, 2010.

--- **Introdução a uma ciência Pós-moderna**. Rio de Janeiro. Graal, 1987.

--- **O direito dos oprimidos.** Coimbra: Almedina, 2014.

--- **Pela mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade.** São Paulo: Cortez, 2013.

--- **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.); MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Aínda M. Monteiro. **Educação Superior: espaço de formação em Direitos Humanos.** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Sidney Pessoa Madruga da. **Discriminação positiva: ações afirmativas na realidade brasileira.** Brasília: Brasília Jurídica, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz E STARLING, Heloisa Murgel, **BRASIL, uma biografia.** Editora Companhia das Letras, 2009 7ª Edição, página 499;

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise. Uma exploração hermenêutica da construção do Direito.** 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.